



Artigo Especialização

TURISMO CULTURAL
O CASO ROTA DAS MISSÕES

por

Fernanda Venquiaruti

CECREPAC

**Curso de Especialização em Conservação e Restauração do
Patrimônio Cultural**

Santa Maria, RS, Brasil

2005

TURISMO CULTURAL
O CASO ROTA DAS MISSÕES

por
Fernanda Venquiaruti

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural**

CECREPAC

Santa Maria, RS, Brasil
2005

Centro de Tecnologia
Curso de Especialização em Conservação e Restauração do
Patrimônio Cultural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo de Especialização

**TURISMO CULTURAL
O CASO ROTA DAS MISSÕES**

elaborado por
Fernanda Venquiaruti

Como requisito para obtenção de grau de
**Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio
Cultural**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
(Presidente/Orientador)

Denise de Souza Saad – Doutora / UFSM

Dilson Nicoloso Cechin – Mestre / UFSM

Santa Maria, 05 de janeiro de 2005.

Este trabalho é dedicado a minha família que sempre me apoiou em todos os momentos de minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a: professores, colegas e amigos que me incentivaram para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	X
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	13
2.1 Lazer, Patrimônio e Turismo Cultural.....	15
2.2 A Revitalização Cultural.....	16
2.3 Turismo Cultural.....	18
3 AS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI.....	21
3.1 Turismo Cultural nas Missões.....	23
3.2 A Rota das Missões.....	24
3.3 Circuito Turístico das Missões Jesuíticas dos Guarani.....	25
3.4 Novas Alternativas para a Visitação dos Atrativos Missionários.....	30
3.5 Organização dos Princípios para o Desenvolvimento do Turismo Cultural.....	32
4 CONCLUSÃO.....	35
5 BIBLIOGRAFIA.....	36
ANEXOS.....	38

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	40
ANEXO 2	46

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Mapa representando a localização das áreas onde se localizava o Gayrá, Tape e Itatim.....	58
FIGURA 02 – Mapa da situação definitiva das reduções de guaranis na Província Jesuítica Del Paraguay (área do Paraná e Tape), século XVIII, publicado pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos de Estocolmo. ...	60
FIGURA 3 – Mapa mostrando a localização dos Sete Povos das Missões em área atual do Rio Grande do Sul.....	64
FIGURA 4: Planta de uma redução.....	76
FIGURA 5: A Igreja, a praça e as casas	77
FIGURA 6: São Nicolau	101
FIGURA 7: São Miguel das Missões	106
FIGURA 8: São Luiz Gonzaga	108
FIGURA 9: Santo Ângelo	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Remanescentes da Cultura Material das Reduções Jesuítico-Guarani Declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO ...	86
TABELA 2: Remanescentes Declarados como Patrimônio Nacional.....	89

RESUMO

Artigo de Especialização

Curso de Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio
Cultural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

TURISMO CULTURAL - O CASO ROTA DAS MISSÕES

Autora: Fernanda Venquiaruti

Orientador: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 05 de janeiro de 2005.

Afirma-se que o relacionamento entre patrimônio e turismo se instalou de forma definitiva. Porém deve-se estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de relação entre os lucros e benefícios adquiridos e o capital investido juntamente com o desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, baseado em critérios de qualidade, para que os benefícios resultem numa efetiva melhoria da qualidade de vida dos moradores da região onde a perspectiva do turismo cultural está inserida. A falta de informação, o descaso e o mau uso dos bens culturais para proveito do turismo causa danos irreparáveis à cultura de nosso país, fazendo com isso que cada vez mais os bens percam suas características originais e sua história seja distorcida pela falta de informações corretas. No que se refere ao programa de turismo cultural na região das Reduções Jesuíticas Guarani, localizadas no Rio Grande do Sul, o turismo cultural é uma alternativa à economia da região, sendo feito grande esforço em direcionar algumas ações no sentido do avanço do roteiro turístico que além de alavancar a economia regional motiva o conhecimento da história missioneira e da própria formação do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

As Missões se inserem no contexto colonial como um projeto evangelizador. Envolveu diferentes ordens religiosas, tais como franciscanos, desde 1533, dominicanos, desde 1509, bem como jesuítas, que chegaram a partir de 1566. No início do século XVI, havia missionários reduzindo índios à fé cristã em todo o continente. Assim, durante os séculos XVI e XVII, a América do Sul meridional via-se como alvo dos projetos missionários franciscanos e jesuítas.

Hoje pode-se conhecer um pouco desta história através do circuito Rota das Missões, um roteiro que abrange visitas aos locais históricos e aos atrativos naturais da região das Missões.

A justificativa principal para a realização deste trabalho vem da necessidade de a sociedade evoluir no sentido de uma crescente comercialização do patrimônio cultural. Este processo é simplesmente inevitável. Portanto não se pode negar a necessidade da formação adequada de técnicos nas áreas da gestão do patrimônio cultural. Cabe a estes definir as regras e os procedimentos necessários à boa execução das ações empreendidas, assegurando uma eficiente realização de recursos, garantindo que as iniciativas patrimoniais contemplem a própria diversidade característica do patrimônio cultural das Missões, funcionando como propulsor de desenvolvimento e de integração social dos municípios da região.

Para tal, toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida com a participação de todos os agentes culturais. A ação cultural não pode ser concebida como um fenômeno isolado dos cidadãos e do cenário do qual se desenvolve. Para se conseguir um bom funcionamento administrativo e operativo, há que existir delegação de autoridade e descentralização de iniciativas, de modo a que todos os agentes envolvidos no processo, participem e se responsabilizem pela sua execução, sentindo que o resultado final é produto do esforço e do

empenho de todos.

Deve-se ter uma gestão que realize o uso eficaz e eficiente dos meios, favorecendo a investigação, a conservação, a criação, a produção e o impacto social do patrimônio, de forma a que este possa ser legado a gerações futuras, consagrando-se assim o direito que cada comunidade tem à sua própria identidade.

Entende-se que hoje o turismo no mundo é uma forma de lazer, de conhecimento e relacionamento entre as pessoas. Porém isto tem um limite. Uma vez ultrapassado o ponto de equilíbrio, já não é mais satisfatório. O patrimônio cultural é um dos mais atraentes apelos para a vinda do turista. Desde que não se descuide da sua aparência física, não desvirtue a sua função e não destrua suas características originais. Sem essa mentalidade nunca teremos o patrimônio cultural desempenhando o seu papel social, muito menos será possível inseri-lo na sociedade.

Patrimônio cultural e sociedade devem formar um todo, onde as pessoas passem a respeitá-lo e valorizá-lo cientes que ali está um bem material que faz parte da vida.

Para tanto, a exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa também benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do patrimônio, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais.

No entanto, esta tendência de valorização comercial do patrimônio tem por vezes dado lugar a versões extremas de utilização turística dos recursos patrimoniais.

O objetivo geral deste trabalho propõe ações de promoção e de divulgação do patrimônio cultural que fazem parte da região das Missões. Contribui para o fortalecimento das identidades culturais e para o

desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, tendo uma estratégia que comporte uma congregação e articulação de esforços com o poder local e regional, de modo a desenvolver um conjunto de ações que se querem participadas pelos seus reais interlocutores.

Também não apenas contribuir para a promoção turístico-cultural como também contribuir para a promoção dos valores locais do riquíssimo patrimônio cultural, já que o objetivo não é o de propor algo que os municípios participantes devam executar, mas antes apelar a sua vocação de agentes culturais, abrindo-se assim um espaço para a expressão das dinâmicas locais.

Pretende-se assim comprovar a verdadeira vocação cultural dos municípios, ao potenciarem a cultura viva, ao se estimular e dinamizar a vida cultural, ao proteger e divulgar o seu patrimônio, para que o resultado final seja o desenvolvimento da atividade cultural e turística da região.

2 CONCEITO DE PATRIMÔNIO

O conceito de patrimônio refere-se ao legado que se herda do passado e que se transmite a gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não se pode entender o patrimônio apenas como vestígios tangíveis do processo histórico.

Todas as manifestações materiais de cultura criada pelo homem têm uma experiência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações são destruídas e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações, que acrescentam elementos às gerações anteriores.

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio. O patrimônio não é só o legado que é herdado,

mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro.

Esta noção de patrimônio, com a idéia de posse que lhe é implícita sugere imediatamente a presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individuais como socialmente atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referência de então.

Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às funções da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizados pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época.

O elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm, através destes, estreitos vínculos com o passado.

E é esse passado que dá um sentido de identidade, de pertença e nos faz conscientes da continuidade como pessoas através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentido coletivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de estabilidade.

Hoje, porém, a forma como a sociedade atual se relaciona com o passado é profundamente influenciada pelo extremo dinamismo da mudança social no período moderno. Por esta razão, os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado sob a forma de tradição, perdem continuidade.

Como um artifício idealizado com finalidades de identificação no espaço e no tempo, como elemento de referência, o patrimônio representa, para a sociedade atual, uma verdadeira necessidade. De tal forma que o patrimônio se converteu, nos últimos anos, num verdadeiro culto popular e também, numa etiqueta extraordinariamente extensiva a

uma enorme quantidade de elementos e objetos, do individual ao coletivo, do material ao intangível, de um passado mais remoto a um passado mais recente.

Por outro lado, e apesar da homogeneização de diversos aspectos do cotidiano, verifica-se hoje, uma reafirmação das identidades coletivas face às tendências da uniformização individual. Por todo lado pode-se observar movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade cultural que parecem constituir reações locais aos efeitos da globalização.

Estas preocupações traduzem-se num aumento da importância atribuída à preservação do patrimônio, como elemento de afirmação das singularidades locais.

Este sentido de nostalgia faz aparecer um mercado patrimonial. A lógica da singularidade do objeto acrescenta-se à lógica da sua valorização comercial. O patrimônio tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações econômicas e sociais evidentes.

2.1 Lazer, Patrimônio e Turismo Cultural

O lazer é um aspecto fundamental para se trabalhar a questão da cultura e do turismo. Pode-se observar que dentro das novas perspectivas criadas a partir do tempo livre conquistado nas profissões e culturas, o lazer esta desencadeando um novo tempo em que sonhos de realizações pessoais podem ser vivenciados.

Baseado em Pellegrine (2000), com a urbanização e industrialização crescente, a busca pelo lazer aumenta, tornando-se prioridade, ou melhor, necessidade premente. Mudanças sócio-econômicas geram a perspectiva de novos comportamentos e estes propiciam novas concepções de lazer, o que interfere na própria concepção da atividade turística. O turismo é uma fonte de novas experiências para os turistas e comunidades receptoras uma vez que promove o convívio entre grupos sociais diferentes.

Dentro do turismo, o patrimônio é normalmente dividido em natural, que inclui nosso litoral, reservas naturais, florestas e parques e o turismo cultural, que se divide em imaterial, formado por nossa culinária típica, a dança, música e folclore de uma maneira geral, e ainda aquele conhecido como patrimônio construído, que inclui a cultura material, seja sob forma de simples artefatos ou de construções como igrejas, fortes e edifícios públicos.

Um dos graves problemas com que se defronta o Brasil é a progressiva diminuição dos valores que lhes são característicos. É a perda da identidade cultural. Neste sentido, o turismo, em sua trajetória, pode desenvolver-se no sentido de sensibilizar as comunidades para o uso adequado dos seus valores culturais.

Assim, a identidade cultural de uma região caracteriza o compartimento de referências comuns mantidas através dos tempos. Esta identidade cultural preservada constitui um elemento diferencial na oferta para o turismo com base no legado cultural.

2.2 A Revitalização Cultural

Considerando o Patrimônio Cultural como todos os elementos que formam a identidade de um grupo, a valorização desta identidade como um lugar de memória vai ao encontro da metodologia de revitalização cultural.

Assim baseado em Torres (1994), a revitalização cultural pode ser entendida como uma metodologia de trabalho destinada ao fortalecimento cultural dos bens tangíveis e intangíveis de uma comunidade. A revitalização de bens arquitetônicos geralmente acaba elevando a qualidade de vida de seus usuários: edificações e bairros insalubres e desconfortáveis ficam renovados sem perderem suas características.

Existe uma tendência crescente de se elaborar/propor abordagens que possam orientar projetos participativos juntamente com a comunidade

da área a ser revitalizada.

A intervenção junto à comunidade pode ser realizada de duas formas distintas: assumindo um caráter tutorial, quando a ação do agente é orientada no sentido de introduzir idéias previamente estabelecidas sem que haja participação da população alvo de sua ação na formulação de tais idéias ou, assumindo um caráter educativo, quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando, sempre que necessário, novas alternativas.

Desta forma, a revitalização comunitária é uma metodologia, cuja intervenção do agente externo é feita de forma educativa.

O processo se inicia com o reconhecimento de todos os elementos que formam o patrimônio cultural da comunidade, para realizar, sobre esta base, o auto diagnóstico comunitário, onde se hierarquizam os problemas culturais e se formula um plano de recuperação que garanta as ações da equipe. Assim, baseado em Torres (1994), os passos gerais para a revitalização cultural são:

- Reconhecimento do patrimônio cultural;
- Auto diagnóstico comunitário;
- O plano de revitalização cultural;
- Coleta de dados;
- Síntese e análise dos dados levantados;
- Escolha do tipo de intervenção junto aos bens tangíveis ou intangíveis que se escolheu revitalizar;
- Difusão, através de oficinas de capacitação, promoção de grupos, festivais artísticos, feiras educativas;
- Enriquecimento cultural onde são realizadas avaliações de todo o processo e se propõem diretrizes para se dar seguimento ao trabalho.

Estes processos realizados com a participação comunitária otimizam os benefícios do turismo. Para viabilizar a revitalização cultural

nas comunidades, os municípios podem fazer convênios com as Universidades, se articulando junto ao Governo Estadual ou procurando financiamento junto ao Governo Federal aproveitando as leis de incentivo a culturas, como por exemplo, a Lei Rouanet (1991). Essa Lei tem por finalidade, por meios do programa Nacional de Apoio a Cultura, captar e canalizar recursos para este setor.

2.3 Turismo Cultural

O patrimônio cultural ganhou, nas últimas décadas, novos e amplos significados, fazendo hoje parte das motivações profundas de um número crescente de pessoas.

Durante a primeira metade do século XX as seções de preservação do patrimônio arquitetônico centraram-se, na maior parte dos casos, na consumação dos monumentos de maior significado histórico.

Em 1964, a Carta de Veneza (1964), veio consagrar um novo conceito de monumento, que passou a integrar não só a criação arquitetônica como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico. Entende-se não somente às grandes criações, mas também as obras modestas que ganharam com o tempo uma significação cultural.

A partir desse momento assiste-se a avanços doutrinários, teóricos e normativos extraordinariamente rápidos. Exatamente numa época em que o fracasso de grande parte das experiências urbanísticas, que suportaram o crescimento acelerado das cidades, veio despertar um interesse redobrado do cidadão comum pelo patrimônio, nomeadamente pela revitalização dos centros históricos.

Em 1976, a Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea, aprovada pelo

UNESCO, em Nairobi (1976), veio definir novos conceitos, nomeando-os de conjunto histórico ou tradicional e de salvaguarda.

Nestes conjuntos, que são muitos variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os antigos bairros urbanos, as aldeias e os casarios, assim como os conjuntos monumentais homogêneos.

Entende-se por salvaguarda, a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais, segundo a Carta de Nairobi (1976).

A preservação do patrimônio construído, e da paisagem em que este se insere, exige planos e ações que integram em simultâneo as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a articulação de atividades, tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as pequenas indústrias, as atividades de lazer, entre outros.

Nos últimos anos temos assistido, em todo o mundo, a um extraordinário aumento da procura turística relativamente aos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, rompendo-se, em alguns desses monumentos e sítios, o equilíbrio entre as condições da preservação e a capacidade de acolhimento.

Segundo a Carta de Turismo Cultural (1976), reconhece-se que o turismo de motivação cultural pode trazer vantagens diversas à preservação do patrimônio arquitetônico, tais como:

- Encontrar novos usos para os edifícios do passado;
- Gerar um ambiente de tolerância e compreensão entre os povos, pois, ao permitir aos visitantes a descoberta de novas culturas e religiões, favorece o respeito por essas realidades;
- A criação nas comunidades de acolhimento de um sentimento de orgulho pelo seu patrimônio, o qual espelha a sua identidade;
- A valorização econômica dos locais de visita, através da dinamização do comércio e dos serviços, criando emprego e riqueza.

Constata-se também que a manifestação do turismo cultural e natural pode exercer uma influência negativa sobre as populações e sobre os monumentos, conjuntos e sítios que constituem os seus objetivos.

É neste contexto que, em 1976, a Carta do Turismo Cultural, veio apresentar as principais preocupações dos responsáveis pela gestão e conservação do patrimônio arquitetônico.

A Carta do Turismo Cultural reconhece os efeitos do turismo cultural, e perante os perigos de uma sobrecarga negativa de visitantes aconselha a uma cooperação mais estreita entre os organismos representativos do Turismo e os da proteção do patrimônio. Aconselha que se obtenha sentido na integração dos valores culturais nos objetivos sociais e econômicos da planificação dos recursos dos Estados, das regiões e das comunidades locais.

Preconiza ainda que, desde a escola, a infância e a juventude sejam educadas na compreensão e no respeito pelos sítios, pelos monumentos e pelo patrimônio artístico, como forma de modificar atitudes negativas do público face ao patrimônio.

Afirma-se também que parcerias entre o setor privado, os poderes públicos e todas as partes intervenientes a nível local, regional, nacional e internacional podem maximizar a contribuição positiva do turismo e reduzir ao mínimo os efeitos que podem gerar sobre o meio cultural. E ainda que o setor privado tem um importante papel a desempenhar na salvaguarda e preservação dos recursos patrimoniais.

Segundo o Diretor Geral da UNESCO e o Secretário Geral da Organização Mundial do Turismo, no nosso país todas estas preocupações são de grande atualidade, se tivermos em conta a forte pressão de visita que começa a fazer-se sentir em vários monumentos e conjuntos históricos, particularmente nos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

3 As Missões Jesuíticas Guarani

Sob o impacto da Reforma Protestante na Europa, a Igreja Católica abalada procurou revigorar seus postulados dentro do próprio continente. Como estratégia de disseminação da fé católica estava a conquista de novos rebentos e, para isso, as colônias do novo mundo se mostravam de suma importância. A população Guarani detinha uma organização própria, tanto social como religiosa, de que os jesuítas valeram-se para o processo catequético.

Na América Espanhola, percorrendo áreas habitadas pelos indígenas, os jesuítas consolidaram a presença da Igreja, contribuindo para a implantação do império colonial. Em um primeiro momento as missões tinham um caráter itinerante, onde os missionários passavam pelas aldeias indígenas batizando e, portanto, convertendo os índios de aldeia em aldeia. Tal tática não surtiu o efeito desejado, uma vez que em seguida a visita dos jesuítas, dava-se à imediata volta dos indígenas aos seus costumes originais. Esta dificuldade de conversão, aliada a fatores de proteção contra os colonos espanhóis, garantia de posse dos territórios conquistados e apresamentos indiscriminados, levaram à adoção da redução dos indígenas a espaços físicos determinados, que ficaram conhecidos então como reduções.

Com o sistema de reduções, os missionários jesuítas com a permissão governamental, buscaram converter, civilizar, os Guarani. O sistema colonial espanhol, em suas várias Ordenações, determinava o respeito à liberdade natural dos indígenas, mas permitia o chamado serviço pessoal. Nesse sistema, a “encomienda” deixava que os colonizadores obrigassem os índios a trabalhar, como forma de indenização pelos serviços de civilização e cristianização recebidos.

A partir de 1609, a Província Jesuítica do Paraguai colonizou um imenso território onde, durante quase 160 anos, desenvolveu-se um

sistema social cooperativo, livre da “encomienda”. Com os Guaranis foram criados trinta povoados em um território hoje dividido entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A história que se desenvolveu neste território foi, sem dúvida, marcada por relações de intensidade indescritível, onde o encontro entre duas culturas tão diversas, como a dos Guaranis e dos europeus, constituiu uma lógica própria, repleta de significados e simbologias que até hoje colocam-se como questões latentes para a contemporaneidade (Haubert, 1990).

A transformação do jesuíta, na procura da compreensão da outra cultura, principalmente no que se refere ao idioma, fator de grande importância para a conquista espiritual. A língua guarani, traço fundamental do modo de vida nesse caso, foi mantida nas Missões mas, aos poucos, foi sendo modificada em suas formas e no conteúdo de suas expressões.

O urbanismo, a arquitetura e as artes tiveram grande desenvolvimento e foram utilizados como instrumento de apoio à Conquista Espiritual. As Missões adotaram um modelo de urbanização que foi aplicado, com pequenas variações, nas trinta povoados. A organização espacial dos povoados detinha em si não somente uma estrutura física como também de organização social para um melhor desenvolvimento do ideal de evangelização. Imbuídos do espírito civilizador, próprio do ocidental para com os povos ameríndios, os jesuítas tiveram na redução a possibilidade de concentrar os indígenas de forma a trabalhar dia a dia seu processo educacional e doutrinário.

Paralelamente a esta situação, tinha-se na Europa o fortalecimento crescente do absolutismo monárquico, que tinha por ideal a centralização total do Estado, o que se chocou com o poder que desfrutava a Igreja Católica, tanto em termos políticos como econômicos, dada a grande concentração de territórios em suas mãos.

No Europa, os jesuítas foram acusados de dificultar a transmigração do contingente populacional dos Sete Povos para a

margem direita do rio Uruguai. Além disto, foram acusados de construir um Estado dentro de outro, isto é, de que as Missões Jesuíticas instauraram-se dentro do império colonial como estrutura diversa. A reação por parte dos indígenas não foi positiva, reafirmando a condição de vassalos, mas negando a transmigração, não conformados em deixarem o espaço que até então ocupavam e que haviam construído. Além disto, a situação era peculiar, visto que terras que não pertenciam aos jesuítas estavam sob posse dos colonos espanhóis ou ocupadas por tribos inimigas. Em 1768, com a expulsão dos jesuítas, teve início a decadência das Missões, que passaram à administração de autoridades civis espanholas.

3.1 Turismo Cultural nas Missões

As primeiras ações de preservação do patrimônio cultural missioneiro realizada na década de 1920, em São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul, Brasil, abriram caminho para seu conhecimento e valorização.

Sem dúvida, a história missioneira evoca inúmeras interpretações e fantasias e se constitui num atrativo de grande apelo. A monumentalidade dos remanescentes sempre atraiu visitantes. No século XX, as missões atraíram um número crescente de visitantes. Essa visitação espontânea ou induzida, pela ação de diferentes agentes, promoveram o legado missioneiro.

Numa avaliação sumária da situação brasileira, consegue-se identificar diferentes tipos de visitantes, de distintas proveniências. Numa escala quantitativa são escolares, habitantes da região, visitantes de outras regiões, técnicos e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Apesar dos esforços contínuos dos poderes local e regional, empresas de turismo públicas e privadas, o turismo nas missões ainda

está longe de atingir seu pleno potencial de desenvolvimento e de representar melhoria da qualidade de vida para os moradores locais.

Com o MERCOSUL, mudaram as condições nas áreas da cultura e do turismo na região das Missões. O intercâmbio técnico que já existia informalmente foi fortalecido e se consolidou com a criação das comissões especializadas de Patrimônio e de Turismo entre os países integrantes.

A comissão responsável pelo programa Rota das Missões aprovou um Programa para as Missões, elaborado pelos responsáveis e consultores que estabeleceram prioridades, critérios de intervenção e recomendações gerais.

Do ponto de vista conceitual, o trabalho de preservação transcende as ações rotineiras de proteção legal e conservação física, abrangendo também a identificação e a promoção. Integra o conhecimento de outros agentes de diferentes áreas como antropologia, arqueologia, arquitetura, artes, direito, ecologia, educação, engenharia, história, informática, museologia, preservação e turismo, entre outras.

3.2 A Rota das Missões

O caminho das missões é um roteiro turístico que motiva o conhecimento da história missioneira e da própria formação do Rio Grande do Sul, ao propor a caminhada por trilhas que eram percorridas por índios e padres jesuítas num trajeto que ligava os antigos povoados missioneiros no passado. A etapa inicial desse projeto, oficialmente em atividade desde 2002, abrange a região dos Sete dos Povos das Missões Orientais, envolvendo cinco municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul, sendo eles São Nicolau, São Luiz Gonzaga (São Lourenço Mártir), São Miguel das Missões, Santo Ângelo e Entre-Ijuís (São João Batista).

Estão disponíveis aos caminhantes três opções de trajeto

compondo o referido roteiro, diferenciadas em função das distâncias a serem percorridas e do tempo de duração da jornada.

O caminho das missões é uma iniciativa que oportuniza a atividade turística rural dentro da perspectiva do desenvolvimento local, pois considera o aproveitamento dos aspectos ambientais, da infra-estrutura e das especificidades inerentes a cada localidade por onde o roteiro passa, valorizando adequadamente os ambientes rurais do Rio Grande do Sul.

No fim do caminho, o caminhante participa da Missa da Terra sem Males, do espanhol Pedro Casaldáliga, que representa a chegada do Caminho das Missões e uma reflexão sobre a contribuição da cultura dos povos indígenas na formação de toda a América. O evento reforça o sentido místico, religioso, histórico e cultural do projeto, inspirado no Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha.

Em toda a região das missões, o turista encontrará os remanescentes deste trajeto histórico marcado pela violência, conflitos e guerras, envolvendo aventureiros, bandeirantes, pajés, nações indígenas e até os exércitos de Espanha e Portugal. Em cada ruína, em cada pedra, exalam os gritos e o clamor daquele povo que foi massacrado pelos exércitos de Portugal e Espanha.

A mais importante ruína missioneira existente no Rio Grande do Sul é a Igreja de São Miguel Arcanjo em estilo renascentista, que está localizada em São Miguel das Missões, a mais bem preservada de todo o conjunto missioneiro.

É uma das raízes da cultura regional gaúcha, que faz parte da variedade de culturas que integram a identidade brasileira.

3.4 Circuito Turístico das Missões Jesuíticas dos Guarani

Segunda a Secretaria de turismo de São Miguel das Missões, o projeto está em fase de implantação pelos responsáveis da Rota das

Missões e se estrutura com um enorme esforço de setores públicos e privados para estabelecer e organizar serviços, atrativos e principalmente padrões de atendimento, em uma região sem experiência profissional nesta área.

A estrutura de um Programa de Turismo Cultural Sustentável para as Missões envolve diferentes setores, públicos e privados, nem sempre possuidores do mesmo nível de responsabilidades ou de informações. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), neste processo, tem uma série de responsabilidades específicas, decorrentes de um conjunto de fatores, uma vez que no Brasil, após a expulsão dos Jesuítas e a partir da definição das atuais fronteiras nacionais, os territórios missioneiros e seu patrimônio passaram a integrar as propriedades da União.

Segunda a Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões o programa atende a cinco princípios gerais aplicados ao turismo na área do patrimônio, baseados em algumas experiências internacionais, a saber:

1. Concentrar na autenticidade e qualidade: nas missões, os atrativos são os remanescentes históricos. No que se refere à preservação, enfatiza-se que as intervenções contemporâneas não devem ser confundidas com as evidências do passado, para que se possa ter em qualquer momento, uma leitura coerente nos próprios monumentos. Desta forma, desincentiva-se, sumariamente, qualquer iniciativa que possa confundir a autenticidade dos bens culturais, como réplicas ou reconstruções. Toda ação deve ser registrada e datada.

No que se refere à apresentação ao público, deve-se investir nas peculiaridades e as diferenças de cada redução. Em princípio, uma interpretação com ênfase nos aspectos ambientais, salientando a vocação metalúrgica para São João Batista. Uma apresentação das sutilezas nos pequenos detalhes construtivos e da construção para São Nicolau. E uma evocação romântica das ruínas clássicas em meio à

vegetação, para São Lourenço. Com esta estratégia, tem-se quatro locais diferentes, com informações complementares, reservando-se parte dos sítios para que as gerações futuras, com outras tecnologias, possam fazer seus estudos em remanescentes preservados integralmente.

2. Preservar e proteger os recursos: não há ação de turismo cultural que se sustente sem uma determinação de ter um plano de preservação. O desenvolvimento urbano nas Missões aumentou nos últimos 20 anos. A partir de então, foi aprovado um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para São Miguel em 1978 e deve-se estender aos outros sítios, que devem ser cercados e com infra-estrutura mínima de apoio aos visitantes.

3. Dinamizar os sítios: no que se refere à dinamização dos sítios, São Miguel é o mais aparelhado e possibilita ao visitante diferentes leituras da história das missões. A visita começa pelo Museu que apresenta uma preciosa coleção de arte barroco-missioneira, onde ficam evidentes o processo de conversão dos Guaranis ao cristianismo e sua habilidade em esculpir modelos europeus e outros motivos com influência local. Na sala Hugo Machado está uma exposição sobre as Missões do Mercosul e a maquete do futuro Centro de Documentação e Pesquisa.

O circuito arquitetônico e urbanístico das ruínas é complementado por uma visita à sacristia, onde se pode sentir a reconstituição da escala de um espaço interno missioneiro.

Uma maquete reconstituindo o povoado permite entender como era uma redução missioneira e um vídeo apresentando uma reconstituição em computação gráfica possibilita uma visita eletrônica a São Miguel, no seu apogeu. O vídeo Missões, um trabalho pioneiro descreve a trajetória da preservação e valorização das Missões.

Atividades de educação patrimonial e ambiental são desenvolvidas com escolares, incluindo visita à antiga quinta dos padres, em processo de revitalização.

Ao entardecer, a música barroca missioneira inunda o sítio, e à

noite, o Espetáculo de Som e Luz, complementa, com sua fantasia, o roteiro da visita. É um espetáculo produzido no contexto da década de setenta, onde a história missioneira, romanceada, apresentava ideais de liberdade.

Fora do Sítio, o fonte missioneira, restaurada, constitui um testemunho de um equipamento comunitário que continua em pleno funcionamento. Integra este projeto a preservação das matas nativas em seu entorno, onde hoje habitam famílias Guaranis.

Em São Nicolau, há uma exposição permanente com os resultados das escavações arqueológicas ali realizadas, trazendo para as comunidades o conhecimento proveniente das pesquisas científicas sobre seu patrimônio.

Em São Lourenço e São João Batista, também foram construídas estruturas de apoio aos visitantes e aos trabalhos de pesquisa e preservação. Foram instaladas ainda exposições sobre a história de cada redução e dos trabalhos já realizados. Em São João, foi instalado equipamento de vídeo que mostra as escavações realizadas em 1990. Uma trilha eco-cultural, com visitas guiadas apresenta o ambiente do entorno da redução e evidencia atrativos relacionados à iconografia do século XVIII.

Todos os Sítios possuem sinalização básica em sua área de acesso. No entanto, há muito a ser feito na área de interpretação de sítios para uso público.

No campo da promoção e educação, está sendo concluído um circuito nas Missões em multimídia, que está sendo desenvolvido no projeto de informatização. Estes recursos deverão ser instalados em São Miguel e distribuídos junto à rede escolar.

O espetáculo de José Carreras e da Ospa, ocorridos em 1997 e outros realizados durante as comemorações dos 300 anos de São Miguel demonstraram que eventos podem ser excelentes alternativas para dinamizar o setor e animar a economia e culturalmente as comunidades

da região.

4. Encontrar o caminho entre a comunidade e o turismo: as comunidades missionárias já identificam que o turismo é uma alternativa à economia agrícola e ao desemprego. A região tem feito, em conjunto, um grande esforço em direcionar algumas ações nesse sentido. Realiza encontros periódicos, envolvendo setores públicos e privados. Cursos de treinamento na área de serviços promovidos pelo Senai e de capacitação de guias de turismo, com apoio do Sebrae e Embratur.

5. Trabalhar em conjunto: as parcerias são essenciais para um trabalho de turismo sustentável. Isto é baseado no envolvimento das comunidades locais no processo de planejamento e implantação dos programas, ao invés de procurar um turismo de operadoras transportadoras, aonde o benefício econômico principal vai para outras regiões.

As parcerias se efetuam tanto no que se refere ao intercâmbio de conhecimentos e produtos culturais, quanto em bens, serviços e recursos financeiros.

O Circuito Turístico é fruto de parcerias e do esforço contínuo de alguns setores que desempenham papel fundamental na estruturação do processo. No aperfeiçoamento deste processo integrado ainda é necessário seguir alguns passos fundamentais como:

- Avaliar o pleno potencial da área para o turismo cultural;
- Planejar e organizar recursos humanos e financeiros;
- Preparar, proteger e administrar para o presente e para o futuro,
- Promover, para atrair as pessoas e recursos para as comunidades.

A região das Missões ainda tem um longo caminho nesta área, fortalecendo a cooperação entre o poder público e as comunidades, num projeto onde muitos podem ganhar.

3.5 Novas Alternativas para a Visitação dos Atrativos Missioneiros

Neste contexto de turismo e patrimônio, pode-se levar em conta diversos fatores e diversas soluções como já foi exposto acima.

No âmbito de mostrar os atrativos culturais pode-se levar em conta que a gestão cultural tem tomado rumos diversos. Por exemplo, a visita a um monumento histórico pode deixar de ser um passeio solitário e passivo, sisudo e grave, ou apenas um exercício de inteligência. Pode-se ao invés disso, interagir e dialogar livremente com atores ou guias vestidos em trajes de época, participar de atividades promovidas por animadores, muitos deles treinados para atender também ao público infantil, receber explicações sobre a origem, uso e manufatura dos artefatos em exposição, podendo tocar e examinar suas réplicas, ou mesmo vê-las em uso, assistir a pequenos concertos, a danças tradicionais ou a encenações históricas, provar ou mesmo preparar comidas típicas e participar de *tours* sobre os mais variados temas.

De maior relevância para ser utilizado nos Sítios Arqueológicos, seria os mesmos dispor de facilidades, de modo a tornar a visita um passeio agradável e despreocupado, como uma boa sinalização, *tours* periódicos, bares, restaurantes, berçários, banheiros limpos, bem localizados e sinalizados, estacionamento, aparato e pessoal pronto a atender a visitantes idosos ou com necessidades especiais. Isso sem contar as lojas de souvenirs que disponibilizam desde simples cartões postais a reproduções fiéis dos artefatos em exposição, passando por livros, gravuras, além de uma infinidade de objetos decorativos que muitas vezes podem ser despachados por um serviço terceirizado disponibilizado pelo próprio Sítio. Lança-se mão nestes atrativos também de políticas de preços variados e estratégicos, com ingressos especiais para idosos e jovens, promoções periódicas, passes especiais para

visitantes colaboradores e voluntários.

Nesses atrativos, a instrução não necessariamente descarta a diversão que, junto ao conforto e um bom atendimento ao usuário, é visto como condição necessária, primeiramente para garantir um bom fluxo de visitantes e uma experiência de qualidade e financeiramente compensadora para o usuário. Deve-se também garantir a manutenção ou construção de uma boa imagem e posicionamento como atrativo, necessários à captação geral de recursos, seja por meio da realização de estratégicas parcerias com a iniciativa privada, seja por meio da criação de programas de contribuição individual ou institucional periódica. Juntamente à criação de programas de voluntariado e os lucros advindos, sobretudo da venda de souvenirs, estas contribuições e parcerias são imprescindíveis para a cobertura de boa parte dos gastos.

Para tanto, esses atrativos culturais devem transpor suas próprias fronteiras e abandonar posturas conservadoras. Passa-se gradativamente a implementar e a manter boas e duráveis redes de relacionamento com o usuário, fosse ele residente ou turista, com a comunidade, com as empresas, incluindo as agências de turismo e hotéis, e também com os meios de comunicação privados ou estatais. Estes atrativos devem passar também a monitorar de perto o mercado e o perfil dos seus usuários de modo a oferecer cada vez mais uma experiência de acordo com as necessidades de seu público e também para justificar novos investimentos frente a seus colaboradores e patrocinadores.

Para tal quadro dar resultados, talvez o primeiro e mais básico passo a ser dado seja reconhecer que o visitante não é um autômato programado apenas para entrar, observar e ir embora. Ele deve ser encarado de maneira mais humana, como alguém cujo objetivo em um atrativo cultural encerra muito mais do que seu desejo de ser instruído ou receber informações pura e simplesmente. É preciso enxergá-lo na pluralidade de suas necessidades e vontades. É preciso, finalmente, enxergá-lo em sua totalidade.

Dentro do cenário que se acaba de descrever, se insere um mercado altamente competitivo, onde o empresário se distingue pela criatividade e pelos nichos de negócios que consegue estabelecer. Para tanto, o patrimônio histórico oferece um campo enorme. Se a isto for acrescentado os incentivos do *marketing* cultural, têm-se uma importante combinação de demandas e oportunidades.

Deve-se demonstrar como é rica a criação de novos negócios envolvendo o patrimônio histórico e as grandes possibilidades de combinação de diferentes fontes e linhas de crédito. Inclusive as não tradicionalmente ligadas à preservação histórica, para novos empreendimentos. Embora com utilização mais restrita deve-se citar os fundos internacionais e as aplicações de grandes fundações internacionais que encontram no campo da memória um espaço importante de aplicações meritórias de fundos.

Além disso, as associações de imagem das empresas com o tema patrimônio toca profundamente a opinião pública, sendo importante instrumento de marketing, quer através de patrocínios e parcerias, quer através da própria execução das obras que confere notoriedade e distingue as empresas no cenário empresarial.

3.6 Organização dos Princípios para o Desenvolvimento do Turismo Cultural

Qualquer iniciativa de desenvolvimento, dinamização ou organização do patrimônio deve partir de uma programação cuidadosamente detalhada. A necessária integração dos recursos culturais na distribuição territorial deve-se levar em conta a realização de projetos que promovam um desenvolvimento equilibrado da oferta cultural e turística, procurando uma boa qualidade dos serviços.

É evidente que o patrimônio cultural não está isolado do contexto sócio-econômico e territorial, sendo que está absolutamente inter-

relacionado com as atividades humanas.

O desenvolvimento no âmbito do patrimônio, hoje em dia, deve solidificar-se a partir de projetos territoriais que analisem os recursos culturais e suas possíveis promoções sócio-econômicas, sobre a base de uma utilização racional destes recursos e sempre dentro do modelo de desenvolvimento sustentável e endógeno, respeitando o entorno, procurando incrementar o produto interior pela melhora das atividades tradicionais e pela criação de novos serviços vinculados ao patrimônio e ao turismo.

Este conceito de organização integrada deve partir dos seguintes princípios:

1 Proteção do patrimônio e identidade local: deve-se evitar a criação de “falsas culturas turísticas”, apresentando uma oferta autônoma que se sustente na adequada preservação e integridade dos bens e valores da área. Os benefícios gerados pelas estratégias de dinamização do patrimônio devem reverter na própria melhoria do patrimônio.

2 Reafirmação do papel do planejamento, ante ao perigo do mercado como fator exclusivo de regularização do desenvolvimento: os poderes públicos devem assumir um protagonismo no âmbito do planejamento territorial e o controle dos possíveis impactos negativos ou problemas ambientais que possam surgir.

3 As pessoas como protagonistas do processo de desenvolvimento: os habitantes são os mais importantes recursos de um território, por isso é imprescindível implicar o maior número possível de pessoas nos projetos de dinamização do patrimônio. Deve-se contar com todos os agentes locais e procurar que os processos de desenvolvimento se façam desde a base, aplicando até as últimas conseqüências o princípio da subsidiaridade.

4 As conseqüências da melhora das condições de vida da população local: os projetos de desenvolvimento do patrimônio devem ter em conta a necessidade de melhorar as infra-estruturas e serviços básicos dos habitantes do território. O patrimônio não pode ser concebido como uma manifestação ao serviço de elites, sendo que deve ser fundamental na vida diária da população. Por isso as ações de preservação devem ser orientadas em primeiro lugar para a melhoria das condições de vida local e, a partir disso, colocar em manifesto que a conservação e o uso social do patrimônio são essenciais para a própria sobrevivência da comunidade.

5 Incidir nos aspectos de formação e no desenvolvimento de programas ocupacionais: qualquer projeto de desenvolvimento do patrimônio e do turismo cultural deve ter em conta a formação e a reciclagem dos distintos agentes e coletivos implicados nas estratégias de conservação e promoção. As medidas de formação profissional devem situar-se no contexto da dinamização ocupacional do setor, mediante a criação de novos empregos, diretos e indiretos. Estas medidas devem ser orientadas basicamente por aqueles coletivos previamente detectados com mais possibilidades de inserção profissional.

A partir desta perspectiva e com os citados planejamentos, o patrimônio cultural e o entorno constituem, um elemento de identidade e de afirmação coletiva, digno de ser preservado e transmitido as gerações futuras. Uma fonte de riqueza e de criação de postos de trabalho.

4 CONCLUSÃO

Em uma sociedade que se sofisticada cada vez mais e na qual os negócios têm seu sucesso baseado no diferencial, na criatividade e na descoberta de novos nichos, o patrimônio histórico se destaca no cenário empresarial. Na medida em que combina opinião pública, legislação, recursos públicos e contrapartidas a excelentes oportunidades de negócio, o patrimônio histórico desponta de forma promissora para o ramo do turismo cultural.

A função do patrimônio cultural com o turismo está nas atitudes das pessoas do local ao saber cultivar e preservar, nascendo aí um envolvimento que resgate a identidade, motivo de orgulho próprio, atraindo o turista para esses lugares. Assim, o turismo cultural é positivo e todos ganham. Turismo e patrimônio cultural conjugam-se perfeitamente, porque está no sentimento, na realização de cada ser humano conhecer e viver a história e a cultura do outro. Esta dimensão para quem lida nessa área não pode ser perdida de vista.

Só dentro desta lógica da relação de partilha se pode hoje compreender o turismo cultural, nas variadas dimensões de que ele se reveste. Para haver uma ética na indústria turística atual, ela deverá passar por uma política que privilegie a ação entre os visitantes e as comunidades locais. A indústria turística não pode privilegiar apenas os turistas, esquecendo que os produtos culturais têm origem em atos sociais, com uma dignidade intrínseca, entre os espaços com aqueles que o visitam. A qualidade de vida as populações e o enriquecimento mútuo entre populações e visitantes deve ser uma preocupação dos modelos turísticos.

5 BIBLIOGRAFIA

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**, Barcelona, 1997.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: FAPESP, 1997.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DELLA MONICA, Laura. **Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado**. São Paulo: Global, 1999 – Coleção Global Universitária.

FARIAS, Kelson A. de. **Cidade, memória e patrimônio histórico**. In. I ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2001, Tubarão/SC-I Encontro Sul-Brasileiro de Educação Patrimonial: Educação, Preservação e Desenvolvimento, 2001.

GARRIGÓS, Rosa Campillo. **La Gestión y el Gestor del Patrimonio Cultural**, Murcia, Editorial KR, 1998.

Haubert, Maxime. **Índios e Jesuítas no Tempo das Missões: XVII – XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 – Fundação Pró-Memória. Ministério da cultura.

MELIÀ, B.; SAUL, M.V.A & MURARO, V.F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**, Santo Ângelo, Fundação Nacional próMemória/ FUNDAMES

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PRATS, Lourenço. **Antropologia e Patrimônio**, Barcelona, Editorial Ariel, S.A, 1997.

TORRES, Victor Hugo. **Manual de Revitalización Cultural**. Comunidec, 1994 – Fundación Interamericana

ANEXOS

ANEXO 1

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO TURISMO

O turismo, assim como outras atividades, encontra-se representado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) fundada em 1970, com sede em Madri, Espanha. É formada por 138 países e territórios e mais de 350 membros afiliados que representam as administrações, as associações turísticas e as empresas do setor privado, em especial as companhias aéreas, grupos hoteleiros e operadoras turísticas. O Brasil participa oficialmente, desta Organização, desde o ano de 1972.

Esta representação intergovernamental tem a responsabilidade de promover e de desenvolver o turismo para contribuir com o progresso econômico das nações, trabalhar pelo entendimento internacional, paz, prosperidade, respeito universal, observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais sem distinção de raça, sexo, língua e religião.

O World Travel & Tourism Council (WTTC), o Conselho Mundial de Viagens e Turismo é uma aliança de 70 presidentes de empresas em todos os níveis do setor de viagens e turismo. Com sede em Londres, tem como meta trabalhar com os governos para a promoção da importância do turismo nos campos da economia e da geração de empregos. Sua estratégia é a mobilização em direção aos mercados abertos e competitivos, o desenvolvimento sustentável e a eliminação de barreiras para o crescimento.

Em termo latino-americano temos a Confederação das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL), fundada em 1957, com sede em

Buenos Aires, que é uma entidade que agrupa as associações de agências de viagens da América Latina. A COTAL tem finalidade de dedicar-se ao desenvolvimento quantitativo e qualitativo do turismo em toda América Latina, trabalhando pela promoção de todos os países do continente e fora dele.

Organização Política Nacional

A EMBRATUR, com sede em Brasília e representante nos Estados Brasileiros, é um órgão federal de fiscalização e orientação turística às empresas que exploram a atividade turística. Segundo a Lei 8.181, publicada em abril de 1991, esta Entidade tem como função:

- Promover e divulgar o turismo nacional, tanto no território brasileiro como fora dele;
- Analisar o mercado turístico;
- Planejar o desenvolvimento turístico, definindo áreas, empreendimentos e ações a serem estimuladas;
- Financiar, direta ou indiretamente, planos, programas e projetos relevantes ao desenvolvimento turístico;
- Controlar e coordenar a execução desses projetos;
- Estimular a melhoria da qualidade do produto turístico;
- Cadastrar, classificar e fiscalizar empresas e empreendimentos turísticos;
- Promover atos necessários ao desenvolvimento turístico, à melhoria dos serviços e à facilitação do deslocamento do turista.

Em resumo, a EMBRATUR tem por finalidade agilizar os recursos turísticos, caracterizar e implementar as suas regiões como pólos receptivos, estabelecer políticas com a iniciativa privada e direcionar formas de captação de recursos.

Política Nacional de Turismo

É o conjunto de diretrizes, estratégias, objetivos e ações formuladas e executadas pelo Estado, através do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT/EMBRATUR, pelo Sistema Oficial de Turismo e pela iniciativa privada, por intermédio da Câmara Setorial de Turismo. Tem como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e do desenvolvimento sócio-econômico do país.

Cada estado ou município possui diretrizes diferenciadas, atuando de acordo com a oferta e a demanda local. Porém, esses órgãos governamentais atuam sob a orientação da Política Nacional de Turismo. Entretanto, é importante lembrar que o município é a principal célula, já que o turista consome o turismo neste local.

A política Nacional do Turismo tem como objetivos ordenar as ações do setor público, definir parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais e orientar algumas ações do setor privado. Sendo assim, têm os seguintes resultados a serem atingidos:

- A melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem em regiões com potencial turístico;
- A diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infraestrutura receptiva do turismo nacional;
- A geração de novos empregos e a manutenção dos existentes;
- A qualificação e requalificação dos recursos humanos já envolvidos;
- O aproveitamento de mão-de-obra não qualificada com sua conseqüente capacitação;
- A redução das desigualdades regionais;
- O maior aporte de divisas ao balanço de pagamento;
- A integração sócio-econômica e cultural da população;

- A proteção ao ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- A inserção do Brasil no cenário internacional, construindo-se uma imagem externa positiva.

Para isso a nova política está baseada em alguns princípios, como:

- Preservação do meio ambiente;
- Desenvolvimento sustentado do turismo;
- Aumento da qualidade de vida;
- Desenvolvimento regional;
- Aumento da integração;
- Geração de divisas, de empregos, da formação de mão-de-obra;
- Aprimoramento da competitividade do produto turístico, sua inserção internacional;
- Aumento da satisfação do cliente.

A Política Nacional de Turismo prevê, ainda, uma estratégia que contemple quatro questões essenciais para a revitalização do turismo, tendo destaque as seguintes:

- Capacitação profissional;
- Melhoria na infra-estrutura turística;
- Construção de uma imagem externa positiva do País;
- Modernização da legislação turística.

Programa Nacional de Municipalização do Turismo

Visa conscientizar os municípios sobre o fato de que somente possuir atrativos ou potenciais turísticos não é suficiente para que a atividade cresça. O turismo só poderá produzir benefícios sociais, econômicos e ambientais, se for planejado e gerenciado dentro de um contexto regional, nacional e até internacional. Assim, o PNMT procura envolver ao máximo a comunidade, vinculando-a aos programas a serem implantados e envolvendo-a nas decisões que definirão o planejamento turístico municipal. Através do PNMT, em torno

de 1570 municípios brasileiros com potencial turístico já estão cadastrados, através do Relatório de Informações Turísticas (RINTUR). Este programa, implantado em mais de 756 cidades, contemplou aquelas que atingiram a pontuação mínima necessária, considerando-se critérios e categorias definidos pela EMBRATUR.

Política Municipal de Turismo

O turismo nos municípios não pode ser encarado fora do contexto regional, nacional e internacional. Muitos dos fatores considerados na indústria turística são idênticos nos três níveis. No entanto, a ordem de importância destes fatores é diferente. No plano regional e nacional, é dada prioridade a políticas e estratégias gerais, planos e programas de desenvolvimentos maiores e vendas. Assim, cada município deverá organizar-se e traçar um plano de ação estabelecendo.

- Políticas, leis e incentivos ao turismo sustentável local;
- Leis e políticas relativas à segurança da comunidade e dos turistas;
- Sistema de transporte adequado;
- Adequação e divulgação dos produtos turísticos.

Tais empreendimentos são estabelecidos pelo poder público auxiliado pelo privado através do Conselho Municipal de Turismo. Este Conselho tem como objetivo:

- Fazer o elo de ligação entre a comunidade local e o poder executivo, trazendo para a Prefeitura as reivindicações da população e, para esta, os planos do órgão municipal de turismo;
- Contribuir com o poder executivo na elaboração e na implantação do plano municipal de desenvolvimento turístico;
- Montar campanhas promocionais cooperativadas;
- Auxiliar na elaboração do calendário municipal de eventos;
- Promover gestões para a captação de novos investimentos para o

setor;

- Contribuir e atuar nas campanhas de defesa do patrimônio e de educação comunitária voltada ao turismo.

Além do Conselho, o município poderá criar o Fundo de Desenvolvimento do Turismo (FUNDETUR), através de decreto lei, que será administrado pelo Conselho do FUNDETUR, mas seguindo indicações do Conselho Municipal do Turismo.

ANEXO 2

Onde ficam as Missões

Apresentando as Missões

As Missões se inserem no contexto colonial americano como uma das formas de domínio de territórios e povos nativos, que envolveu diferentes ordens religiosas. Nos séculos 16 e 17, havia missionários conquistando índios para a fé cristã em todo o continente.

Entre as ordens religiosas que vieram para a América estava a Companhia de Jesus, fundada na Europa durante a Contra-Reforma. Os jesuítas percorreram grande parte do território americano em missões entre diferentes nações indígenas.

A partir de 1609, a Província Jesuítica do Paraguai colonizou um imenso território onde, durante quase 160 anos, com os índios Guarani, desenvolveu-se um sistema social cooperativo, em um território hoje dividido entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 1743, havia 141 182 índios vivendo em trinta povoados, representando 54% da população das províncias do Prata.

Uma praça era o centro de cada povoado. Ali eram feitas procissões, desfiles militares, encenações religiosas e jogos. Uma rua principal chegava na praça defronte à igreja, que era sempre o prédio mais importante. Junto à igreja estavam a residência dos padres, o colégio, as oficinas, o cemitério e o cotiguaçu, onde viviam as viúvas e os órfãos. Ao redor da praça, ficavam as casas dos índios. Atrás da igreja,

havia uma quinta, com jardim, horta e pomar.

Na periferia dos povoados, localizavam-se olarias e curtumes; junto às nascentes dos rios, fontes para abastecimento de água. Na área rural, foi intensificada a coleta e introduzido o cultivo da erva-mate, que se tornou um produto de grande interesse nos mercados coloniais. Com a introdução do gado, foram criadas grandes estâncias e vacarias. Havia ainda portos, açudes, capelas e uma rede de estradas interligando todo o território.

Todos os povoados possuíam colégio e biblioteca. A educação incluía também a formação técnica e artística para atender às diversas áreas de trabalho que se desenvolviam nas oficinas. Eram trabalhados a madeira, os metais, o barro, o couro, o algodão e pigmentos, para a produção dos instrumentos, utensílios e obras de arte: mobiliário, instrumentos musicais, ferragens, pratarias, cutelaria, cerâmicas, tecelagens, pinturas e esculturas.

Em seu trabalho de catequese, os jesuítas produziram anotações, diários, desenhos, planos e mapas, que são os primeiros documentos acerca desta parte da América. Estão documentados os acidentes geográficos, a hidrografia e a orografia, as estações do ano, a diversidade das terras e os minerais existentes. Diversas obras foram publicadas sobre os hábitos dos povos indígenas, constituindo-se em importantes fontes etnográficas.

A língua Guarani foi estudada e escrita, produzindo-se gramáticas, dicionários e outras obras. Grande número de cartas de caráter histórico, a maioria delas inéditas, localizam-se em arquivos na América e Europa; entre eles, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional de Santiago do Chile, o Arquivo da Nação Argentina, o Arquivo Geral da

Baviera, o Arquivo Histórico de Madrid, o Arquivo Geral da Companhia de Jesus, em Roma.

A história das Missões Jesuíticas dos Guarani é também uma história de conflitos e guerras, nascida do encontro e do confronto de duas culturas, que construiu sua identidade dentro do regime colonial, utilizando um relativo isolamento geográfico para desenvolver uma considerável, embora limitada, autonomia. Em 1768, com a expulsão dos jesuítas, teve início a sua longa decadência. A experiência missioneira, desde seu surgimento até hoje, suscita diferentes interpretações, que propiciam calorosas discussões sobre seu significado. É classificada como uma grande utopia sem precedentes na história da humanidade. Deixou uma enorme contribuição cultural e econômica à região platina, além de preciosos remanescentes aos quais, no século 20, juntaram-se museus, arquivos e bibliotecas, centros de interpretação, exposições e espetáculos de som e luz.

O legado cultural missioneiro foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Com a criação do MERCOSUL, as ações passam a ser orientadas por uma visão integrada em nível regional, com projetos que estabelecem o intercâmbio técnico e diretrizes comuns no âmbito da cultura, da educação e do turismo.

A Chegada dos Jesuítas à América

Os jesuítas chegaram à América com algum atraso em relação a outras ordens religiosas. Existem registros de que aportaram pela primeira vez, em terras espanholas, na Flórida, atual Estados Unidos, em 1567, e, no Peru, um ano depois. Na Argentina chegaram em 1586 e, no Paraguai, em 1588, setenta e dois anos após o início da colonização espanhola em áreas do atual país, que, antigamente, era o mais próspero do Cone Sul.

Ao Brasil, os jesuítas chegaram pouco antes, em 1549.

Tanto quanto aconteceu depois no Brasil, os espanhóis logo se interessaram por utilizar os índios como escravos, pois ainda não se instituíra o tráfico negreiro entre África e a América. Conta-se que somente um tenente subordinado ao governador de Assunção, Martinez de Irala, subjuguou, em 1557, cerca de 40 mil índios. A caça foi tão sistemática que, em 250 anos, até ao final do século XVIII, a população indígena do Paraguai caiu de um milhão para pouco mais de 8.200 pessoas.

Os índios, obviamente, não se entregaram sem reagir. Em 1558, destruíram parte de Assunção, acabando por ser massacrados dois anos depois.

Mas distantes da capital, em local de difícil acesso que era conhecido como Guairá, numa vasta região que ia da atual cidade de Guairá, no Paraná, à confluência dos rios Paraná e Paranapanema – ao norte das cidades de Londrina e Maringá -, subsistiam, no entanto, pelo menos mais de 150 mil guaranis, que se tornavam ameaça constante, e os espanhóis admitiam não ter condições de enfrenta-los. Quase ao mesmo tempo em que os espanhóis de Assunção chegavam a essa conclusão, o rei Felipe III, da Espanha, foi convencido pelos jesuítas a proibir a escravização dos índios, permitindo que fossem reunidos em reduções para serem catequizados. Aí eles passariam a produzir e, inclusive, a gerar impostos. Esta foi à origem das reduções e da chamada República Guarani.

Primeiras Reduções

Embora a República Guarani seja a experiência mais importante de

implantação de um estado teocrático em tempos mais recentes, formaram-se, no continente americano, outras reduções, sempre sob o controle dos jesuítas, que pretendiam formar um cordão de pequenas repúblicas até o Alto Amazonas.

Eles deram seqüência ao seu ambicioso projeto formando as chamadas repúblicas Chiquita e dos Moxes, na Bolívia atual, outras reduções às margens do rio Mamoré, e pretendiam que houvesse uma comunicação entre os diversos grupos, o que acabou, no entanto, nunca ocorrendo.

O sistema de redução dos índios, antes mesmo da autorização real, havia sido instituído após o Sínodo de 1603, em Assunção, que reuniu, além de jesuítas, autoridades e o próprio governador Hernandárias de Saavedra.

A primeira redução, fundada perto de Assunção, foi a de San Ignacio, identificada depois como **San Ignacio Guazu**, pois, em 1612, os padres João Cataldino e Simão Masetta constituíram uma nova San Ignacio - desconhecendo a primeira – que, no futuro, foi identificada como **San Ignacio Mini**.

Na época, quase todo o território paranaense, assim como o atual Rio Grande do Sul, se encontrava sob dominação espanhola. Na região do atual Paraná, existiam somente duas vilas, que apoiavam as frentes de colonização: Ciudad Real Del Guairá, onde atualmente se situa Guairá, no Paraná; e Vila Rica do Espírito Santo, mais ou menos onde está a atual cidade de Fênix, no norte do Paraná, a cerca de 90 quilômetros ao sul de Maringá.

Para ir de Guairá ou Ciudad Real até Vila Rica, seguia-se pelo rio

Paraná, tomando-se o rio Ivaí, na altura da atual cidade paranaense de Querência do Norte. Os padres Cataldino e Masetta, no entanto, em vez de seguir pelo rio a confluência com o Pirapó, próximo às atuais cidades de Teodoro Sampaio (SP) e Jardim Olinda (PR). Ali, formou-se, no final de 1610, a redução de **Nossa Senhora de Loreto**. Como esta logo ficou superpovoada, fundaram, em julho de 1610, a redução de **San Ignacio**, duas a quatro léguas adiante, onde atualmente se situa a cidade paranaense de Santo Inácio, ao sul de Itororó do Paranapanema (SP).

As reduções fundadas no Rio Grande do Sul

No território do atual Rio Grande do Sul foram fundadas, entre 1626 e 1634, dezoito reduções, sendo a primeira delas a de **São Nicolau**, em 1626, seguindo-se, ainda na área de influência do rio Uruguai, às margens dos rios Ijuí e Piratini, as de **São Francisco Xavier**, **Candelária do Piratini**, **Todos os Santos do Caaro** ou **Mártires**, **Assunção do Ijuí**, **Apóstolos** e **São Carlos do Caapi**.

No Tape propriamente dito, na área de influência dos rios Ibicuí e Jacuí, foram fundadas, à margem do Ibicuí e afluentes, as reduções de **Candelária** do Ibicuí, **São Tomé**, **São José**, **São Miguel** (que não é a redução de São Miguel das Missões, da qual ainda existem ruínas, no atual município de São Miguel das Missões, próximo a Santo Angelo, e que é da segunda fase da expansão das missões no estado); e **São Cosme e São Damião**.

Às margens do Jacuí e afluentes, foram fundadas **Santa Teresa** (a mais setentrional, próximo à atual cidade de Passo Fundo), **São Joaquim** (mais ou menos próxima ao atual município de Barros Cassal), **Sant'Ana**, **Jesus Maria** e **São Cristóvão** – na área compreendida entre os atuais municípios de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul -,

sendo a de **São Cristóvão** a última a ser fundada, e também a mais avançada para leste, a menos de 200 quilômetros da atual Porto Alegre.

Quase todas as reduções do Tape repetem nomes que já haviam sido dados a reduções no Guairá, mas essa não é somente uma coincidência. Quase todas foram destruídas por bandeirantes nos anos seguintes e os índios sobreviventes deslocaram-se para novos lugares, concentrando-se especialmente entre os rios Uruguai e Paraná, em território argentino, onde poderiam proteger-se melhor e estariam mais bem garantidos pela Coroa Espanhola. Com isso iniciou-se a segunda fase dos aldeamentos, a mais próspera economicamente, e da qual existem ainda algumas ruínas.

Os últimos vestígios da primeira fase talvez possam ser encontrados apenas na cidade paranaense de Santo Inácio, ao norte de Maringá. Nos outros locais foi tudo destruído e, possivelmente, para as populações dos municípios onde antigamente se situaram as reduções, será uma novidade a informação de sua inclusão, no passado, em áreas da chamada República Guarani.

O início do ataque dos Bandeirantes

A formação das reduções não livrou os índios dos ataques dos chamados “encomendeiros” que, no lado espanhol, procuravam aprisioná-los para reforçar os contingentes de escravos, especialmente de Buenos Aires e Assunção. E ainda atraiu os bandeirantes, que, procedentes de São Paulo, também procuravam escravos para trabalhos no campo e nas cidades. Atacadas por todos os lados, as reduções não resistiriam muitos anos em sua primeira fase, tendo que alterar a sua geografia.

Os índios não eram “bons” escravos. Historiadores da época calculavam que, cada cem aprisionados, não mais do que um era de

alguma utilidade. A maior parte morria no caminho entre as missões destruídas e São Paulo. Outra parte expressiva não resistia a pestes e doenças e, dos sobreviventes aos primeiros tempos do cativeiro, poucos se prestavam a algum serviço.

Para não se tornarem escravos, recorriam, às vezes, a gestos desesperados, como o verificado nos arredores de Buenos Aires, na primeira metade do século XVI: um grupo de guerreiros refugiados numa fortaleza matou com as próprias mãos esposas e filhos, lançando-se depois para a morte, do alto de alguns rochedos.

Como os ataques se intensificaram depois dos primeiros agrupamentos em reduções, os próprios jesuítas, em determinada época, passaram a ser vistos pelos índios com muita desconfiança.

Mas a história registra um episódio que eliminou completamente essas suspeitas: depois da destruição, em 1630, das reduções de **Santo Antônio, São Miguel e São Francisco Xavier** – todas elas na então Província do Guairá, atual estado do Paraná -, os padres Simão Masetta e Justo Marsilha decidiram acompanhar a caminhada de cerca de 15 mil índios que eram levados como escravos para São Paulo, procurando obter sua libertação e socorrendo os necessitados.

Salvaram apenas alguns, que devolveram às reduções, mas prosseguiram a caminhada. Nos contatos que fizeram em São Paulo, não conseguiram libertá-los; no Rio, quando o governador e capitão-geral do Brasil mandou que fosse feita “imediata justiça”, os índios já haviam sido vendidos. Procuraram ainda o governador-geral da Bahia, mas também sem sucesso. De volta às missões, o problema cresceu.

Os ataques dos bandeirantes às reduções jesuíticas no Guairá –

ou seja, em território do atual Paraná – começaram em 1618, apenas seis anos após a formação dos primeiros povoamentos. A partir de 1628, no entanto, os ataques passaram a ser feitos por verdadeiros exércitos, devastando-se primeiramente a redução de **Encarnación** (uma das mais próxima a São Paulo, mais ou menos onde se localiza a atual cidade de Telêmaco Borba, na região central do Paraná), seguindo-se as demais.

Como consequência dos ataques, dos cerca de cem mil índios que estavam reduzidos não restaram mais do que 12 mil, concentrados principalmente nas reduções de **San Ignacio Mini e Nossa Senhora de Loreto** – que não chegaram a ser atacadas -, as mais afastadas. Com a ruína das missões, também as povoações espanholas de Vila Rica e Ciudad Real não resistiram aos ataques e foram devastadas, passando todo território paranaense ao controle da Coroa Portuguesa. Vila Rica foi novamente fundada próxima a Assunção, onde ainda permanece.

A epopéia, Paraná a baixo

Para salvar o que restava dos índios, os jesuítas, sob o comando do padre Antônio Ruiz de Montoya, realizaram, em 1631, uma das mais dramáticas e extraordinárias fugas, para levar os mais de 12 mil sobreviventes das missões, no atual Paraná, para terras da atual Argentina.

Eles foram transportados inicialmente por cerca de 700 canoas, que, no entanto, não puderam transpor as quedas (inundadas para a formação do lago da hidrelétrica de Itaipu) existentes no rio Paraná, na atual cidade de Guairá.

Com a aproximação dos bandeirantes, as canoas foram lançadas nas quedas, e os índios seguiram a pé, dividindo-se em dois grupos: o

mais numeroso foi para as reduções de **Santa Maria la Mayor** e **Natividad**, às margens do Iguaçu, próximo à atual cidade de Foz do Iguaçu, aumentando a miséria que já existia por ali.

O outro seguiu para a atual Argentina, reconstruindo as reduções de **Loreto** e **San Ignacio Mini**, às margens do rio Jubaburu, depois de andarem entre 1.500 e 2.000 quilômetros.

Os índios que ficaram em **Natividad** e **Santa Maria la Mayor** também tiveram que migrar pouco tempo depois, deslocando-se para as margens do rio Uruguai, em retirada menos dramática que a anterior, mas também muito difícil, formando uma nova redução de **Santa Maria**, no atual território argentino, próximo a **San Javier**. A causa da migração foi à mesma: ataques dos bandeirantes.

Muito bem sucedidas em seus primeiros ataques aos índios, as bandeiras continuaram rumando para o Sul. Em território do atual Rio Grande do Sul – nas antigamente conhecidas províncias da margem esquerda do Uruguai e do Tape -, os ataques dos bandeirantes começaram em 1636, quando foi tomada e totalmente destruída a redução de **Jesus Maria**, a mais avançada para Leste, contendo o projeto dos jesuítas de ligar a Província do Uruguai ao litoral.

O padre Cristóvão de Mendoza, que também havia participado da organização dos índios no Guairá, e da dramática fuga para a atual Argentina, encontrava-se nessa época no Tape e tentou organizar uma resistência em Jesus Maria, mas foi morto e trucidado perto da atual cidade de Caxias do Sul pelos índios ibianguaras, da tribo dos ibirajaras, que dominavam a chamada Província dos Ibiaças.

Por nova coincidência, Raposo Tavares, comandante das bandeiras que destruíram as reduções no Guairá, também estava à frente

da bandeira que destruí **Jesus Maria**, onde foi instalado uma espécie de quartel-general dos bandeirantes, do qual se comandou a destruição de **São Cristóvão, São Joaquim, Sant'Ana**; e, pela bandeira de André Fernandes, as reduções de **Santa Teresa, Apóstolos, São Carlos e Candelária**, embora o jesuítas tivessem ameaçado e depois concretizado a excomunhão de todos os envolvidos nos ataques.

Destruição completa do Tape

Praticamente todas as reduções do Tape foram destruídas entre 1636 e 1639, quando os indígenas conseguiram organizar-se melhor e terminar por derrotar os bandeirantes.

Antes, porém, transferiram-se maciçamente para o atual território argentino, formando novas reduções, algumas vezes com o mesmo nome, das quais ainda podem ser vistos vestígios no quadrilátero entre **San Javier, Apóstolos, Posadas e San Ignacio Mini**, entre os rios Uruguai e Paraná, localização que os jesuítas consideravam mais segura e fácil de proteger dos ataques vindos de São Paulo.

Os povos das reduções do Tape começaram a cruzar o rio Uruguai em 1637, formando, do lado argentino, as reduções de **Apóstolos, Candelária, São Pedro e São Paulo, São Carlos, São José, São Miguel, Sant'Ana, São Tomé, La Cruz (ou Santa Cruz) e Santos Mártires do Japão**.

A grande desvantagem dos índios nos enfrentamentos com os bandeirantes era a falta de armas. Em 1639, no entanto, o padre Antonio Ruiz de Montoya resolveu solicitar, diretamente de Madri, autorização para armar os índios, que foi conseguida ao mostrar que a própria Coroa Espanhola vinha sendo prejudicada com o que acontecia, na medida em

que perdia terras para a Coroa Portuguesa.

Armando um primeiro contingente, os jesuítas conseguiram, ainda no mesmo ano, reverter à situação, e venceram a terceira bandeira enviada contra as reduções do Tape, comandada por Fernão Dias Paes. A resistência indígena foi dirigida por Nicolau Nhenguirú, nome dado, em diversas gerações, a alguns dos mais bravos caciques da República Guarani. A primeira batalha vencida por eles ocorreu em Caaçapaguaçu. A segunda, mais importante, foi em Mbororé, depois da qual as reduções não foram mais perturbadas por cerca de cem anos.

As reduções fundadas no atual Paraguai

Os jesuítas também procuraram formar algumas reduções no norte do atual Paraguai, próximo às regiões do Chaco e Pantanal, ao mesmo tempo em que realizaram a expansão rumo a Guairá e Tape, sofrendo a resistência de “encomendeiros”, que dificultavam a implantação do primeiro aldeamento em Guarambaré.

Continuaram os esforços nos anos seguintes e, quando, em 1633, estavam prestes a formar quatro reduções na chamada Província do Itatim, houve o ataque da bandeira de Ascenso Quadros, auxiliada por moradores locais de Santiago de Xerez, descontentes com o abandono do governo de Assunção. Muitos índios foram aprisionados, mas os padres conseguiram a libertação de um dos principais líderes e, em 1634, formaram as reduções de **Nossa Senhora da Fé** e **San Ignácio de Caaguaçu** (diferente de San Ignácio Guazu, a primeira a surgir), por sua vez atacada em 1657 pela bandeira de Raposo Tavares, numa incursão que tinha o objetivo de chegar à região amazônica passando pelo Peru. Foi novamente grande o número de índios aprisionados e outros fugitivos, agrupando-se nas reduções próximas daquelas.

Sem o apoio do governo de Assunção, que retirou os jesuítas do comando dessas reduções, colocando em seus lugares padres seculares, praticamente desapareceram os aldeamentos do Itatim, cujas reduções somente ressurgiram em 1669, mas mais ao sul, próximo a **San Ignacio Guazu**, com os nomes de **Santa Maria da Fé** e **Santiago**.

Ainda em território do atual Paraguai foram constituídas por volta de 1637 as reduções de **La Santíssima Trinidad** e **San Cosme y San Damian**, com indígenas oriundos das reduções de **Jesus**, mudada de local quatro vezes; e em 1698, a de **Santa Rosa de Lima**, com índio que se separaram de **Santa Maria da Fé**.

Anos antes, a redução de **Encarnación**, **Itapua** ou **Nuestra Señora de la Encarnación de Itapua**, que originalmente se situou na margem direita do rio Paraná, no atual território argentino, se mudou para a margem esquerda, no atual território paraguaio, ficando assim completado o leque dos oito reduções que se fixaram no Paraguai, à segunda fase das reduções, mais calma e prolongada. Foi ainda nesse período que a redução de **Corpus** passou de um lado ao outro do rio Paraná, deixando o atual Paraguai e se instalando na atual Argentina.

Os ataques dos bandeirantes, todavia, já haviam feito grande devastação em toda a área – destruíram pelo menos 30 reduções no Guairá, Tape, Uruguai e Itatim, escravizando ou matando, até 1650, pelo menos 300 mil índios, segundo cálculos oficiais citados nos editos do rei espanhol Felipe V, em 1639 e 1668. A partir desse grande rombo é que se construiu a segunda fase, não tão preocupada com expansão, concentrando-se mais na consolidação e fortificação dos lugares conquistados.

Mapa do Itatim, Guairá e Tape



FIGURA 01 – Mapa representando a localização das áreas onde se localizava o Gayrá, Tape e Itatim.
Fonte: Furlong, 1962.

Começa a terceira fase das missões

Com a derrota dos bandeirantes em Mbororé e o período de calma que se sucedeu, a República Guarani passou a ganhar nova geografia, com parte dos povos que se situaram no atual território argentino (margem esquerda do rio Uruguai) voltando às terras de origem, no lado brasileiro (margem direita).

Antes desses movimentos, a situação era a seguinte:

- Guairá, atual Paraná: nenhuma redução. As que não foram

destruídas, **San Ignacio Mini** e **Nossa Senhora de Loreto**, ao norte, e **Santa Maria la Mayor** e **Natividad**, ao sul, mudaram-se para território argentino;

- Tape, atual Rio Grande do Sul: nenhuma redução. Foram todas destruídas pelos bandeirantes e os índios sobreviventes migraram para a margem direita do rio Uruguai, e margem esquerda (Argentina) e direita (Paraguai) do rio Paraná.

- Margem direita do rio Paraná, atual Paraguai: de Assunção, a capital, no sentido da atual cidade de Encarnación, foram constituídas, após os diversos movimentos entre a formação de **San Ignacio Guazu**, a retirada do Itatim e a transmigração do tape, as seguintes reduções – além de **San Ignacio Guazu**, as de **Santa Maria de la Fé**, **Santa Rosa de Lima**, **Santiago**, **Jesus**, **La Santísima Trinidad**, **San Cosme y San Damian** e **Nuestra Señora de la Encarnación de la Itapua** ou simplesmente **Encarnación** ou **Itapua**.

- Entre-Rios (entre os rios Uruguai e Paraná), atual território argentino: além de **San Ignacio Mini** e **Nuestra Señora de Loreto**, transmigradas do Guairá (Paraná) e **Santa Maria la Mayor**, transmigradas do Iguçu, existiam as reduções de **Concepción de Nuestra Señora** ou **Concepción**, **San Miguel**, **Corpus** ou **Corpus Christi**, **Candelária**, **San Javier** ou **San Francisco Xavier**, **Santos Apostoles** ou **Apostoles San Pedro y San Pablo**; **Mártires** ou **Santos Mártires do Japão**; **La Cruz** ou **Santa Cruz**; **San Carlos**, **San José**, **San Thomé**, **Yapeyú** ou **Nuestra Señora de Yapeyú** ou **Nuestra Señora de los Três Reyes de Yapeyú** e **Assunción de Nuestra Señora de Mbororé** ou **Assunción**.

Mapa dos Trinta Povos

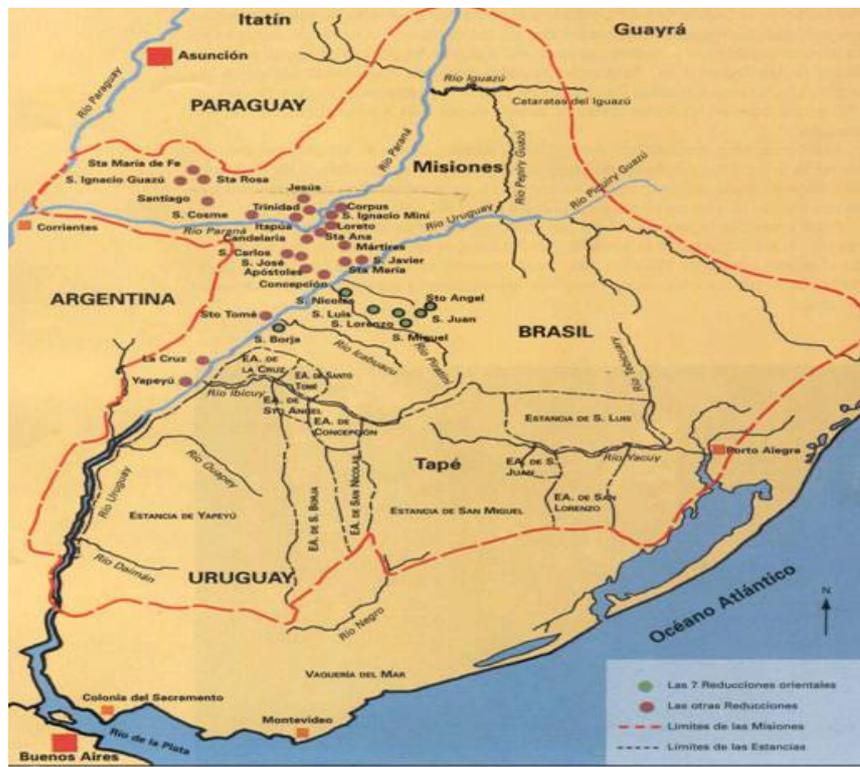


FIGURA 02 – Mapa da situação definitiva das reduções de guaranis na Província Jesuítica Del Paraguay (área do Paraná e Tape), século XVIII, publicado pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos de Estocolmo. Fonte: Furlong, 1962.

Por que surgiram os Sete Povos das Missões

Antes de se mostrar o retorno de parte dos povos ao território do atual Rio Grande do Sul, dando origem aos chamados Sete Povos das Missões, é importante mostrar algumas das causas e justificativas possíveis para esse novo grande movimento populacional comandado pelos jesuítas.

Em todas as reduções implantadas no Tape e na margem esquerda do Uruguai, havia já, quando da transmigração, boa infraestrutura montada, especialmente a formação de enormes estâncias, que se estendiam até próximo de Montevideú, capital do Uruguai, com a criação de milhares de cabeças de bovinos e eqüinos, especialmente bovinos.

O gado foi introduzido no Paraguai por volta de 1555, procedente de São Vicente, no Brasil, no início de sua formação. Chegou a ser levado para as reduções ao norte do rio Uruguai nos primeiros anos de seu desenvolvimento, mas as primeiras cabeças somente foram introduzidas na margem esquerda, ou seja, em atual território brasileiro, por volta de 1629, de acordo com a versão dos jesuítas. Alguns historiadores acreditam que a introdução tenha sido feita por João de Garay, um dos primeiros governadores do Prata, e ampliada por seu genro Hernando Artas de Saavedra, ou Hernandárias, depois governador do Paraguai, mas os jesuítas desmentem essa versão.

Seja como for, os rebanhos cresceram muito. E, procriando nas grandes estâncias das reduções que, efetivamente, se aproximavam de Montevideú, proliferaram tranqüilamente após a transmigração para a margem direita do rio Uruguai. Mesmo depois da transmigração, os jesuítas continuaram enviando reprodutores para as estâncias das antigas reduções, proibindo que os índios vaqueassem nessas áreas, para que pudesse aumentar a reprodução. Somente a partir de 1677 os jesuítas permitiram que os índios das reduções da margem direita do Uruguai começassem a se abastecer com o gado da outra margem, nas pradarias do atual Rio Grande do Sul. Apenas os índios e jesuítas conheciam o potencial das chamadas vacarias, mas logo o segredo foi descoberto.

Em 1680 Portugal fundou a Colônia de Sacramento, no atual

Uruguai, defronte a Buenos Aires, criando um território totalmente isolado de sua Colônia do Brasil, visto que o atual Rio Grande do Sul era área da Coroa Espanhola.

Concretizada a fundação, a fortificação dos portugueses foi cercada por tropas espanholas enviadas de Buenos Aires, que ficaram ali por longo tempo, até receberem a ordem de ataque, afinal determinado e bem-sucedido. Durante o cerco, no entanto, as tropas de Buenos Aires tiveram contato com o enorme potencial bovino da região, ao descobrirem como os portugueses atendiam em parte suas necessidades alimentares: eles compravam gado dos índios charruas (inimigos do grupo guarani), que conseguiam burlar o cerco da parte oponente.

Nos anos seguintes houve grande pressão para exploração do potencial bovino da região e, em 1716, os jesuítas tiveram que começar a dar concessões a espanhóis, para capturas de seus rebanhos.

Graças a isso, Montevideú, Buenos Aires, Santa Fé e outras povoações já eram abastecidas com o gado das vacarias das reduções nos anos que se seguiram, e até os portugueses da Colônia de Sacramento, auxiliados por tribos de índios minuanos, se dedicaram à exploração e passaram a exportar, inclusive para a Europa, graxas obtidas a partir do gado capturado.

A Colônia de Sacramento mudou de mãos diversas vezes. Depois de ser tomada pelos espanhóis, voltou a ser devolvida aos portugueses em 1683, devido ao interesse das duas coroas em evitar uma guerra de maiores proporções.

Quase ao mesmo tempo, houve a decisão dos jesuítas de novamente ocuparem as terras da margem esquerda do Uruguai, numa aparente atitude de se contrapor à permanência daquele enclave

português no Prata (a Colônia de Sacramento) e que tornava clara a política de Portugal em querer ocupar todo o litoral atlântico até o estuário.

Atendendo ou não ao pedido da Coroa Espanhola, ou simplesmente retornando às terras que julgavam de suas reduções e foram abandonadas depois dos ataques dos bandeirantes, os jesuítas comandaram o retorno à margem esquerda do rio Uruguai (Rio Grande do Sul) de parte dos povos transmigrados, em 1687.

Nesse ano fundaram a redução de **São Francisco de Borja**, atual cidade de **São Borja**, com índios oriundos da redução de **São Tomé**, do outro lado do rio, fundando, ainda no mesmo ano, as reduções de **São Nicolau**, **São Luiz Gonzaga** e **São Miguel**, com índios oriundos de **Apósteles**, **Conceição** e **São Miguel**, na margem direita. **São Miguel** foi à única que transmigrou totalmente, ocupando, no entanto, área diferente daquela onde se situa as ruínas de **São Miguel**.

Estabeleceu-se inicialmente nas margens do rio Jaguari, mas ainda antes de 1690 foi para sua última localização, em razão de uma “praga de tigres”. Em 1690 parte da redução de **Santa Maria la Mayor**, na margem direita, forma na margem esquerda **São Lourenço Mártir**; em 1697, parte de **São Miguel**, que já estava superpovoada na margem esquerda, forma **São João Baptista**; e em 1706, parte dos índios de **Concepción** forma **Santo Ângelo Custódio** (atual cidade de Santo Ângelo).

São esses os chamados Sete Povos das Missões, no lado brasileiro: **São Francisco de Borja**, **São Luiz Gonzaga**, **São Nicolau**, **São Miguel**, **São João Baptista**, **São Lourenço Mártir** e **Santo Ângelo Custódio**.

Mapa dos Sete Povos

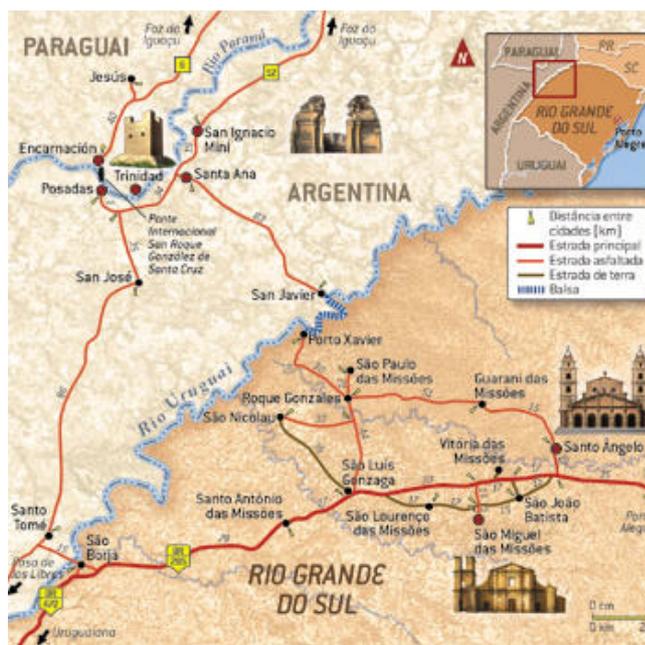


FIGURA 3 – Mapa mostrando a localização dos Sete Povos das Missões em área atual do Rio Grande do Sul.

Fonte: Furlong, 1962.

O último mapa

Em meados do século XVIII ainda foram formadas mais três reduções ao norte de Assunção, no Paraguai, completando o mapa da República Guarani numa terceira e derradeira fase.

Essas reduções, de acordo com os objetivos dos jesuítas, deveriam servir de apoio para a ligação com a chamada República dos Chiquitos, no Peru, e existem muito poucas informações sobre elas.

Tratava-se das reduções de **São Joaquim, Santo Estanislau e Belém**, fundadas, respectivamente, em 1746, 1749 e 1760.

Completadas as implantações dessas reduções, o mapa da República Guarani em sua terceira fase era o seguinte, em meados do século XVIII:

- No atual Paraguai, ao norte: **Belém, Santo Estanislau e São Joaquim**; ao sul. **Santa Maria da Fé, Santa Rosa, San Ignácio Guazu, Santiago, São Cosme, Jesus, Trinidad e Encarnación** ou Itapua.

- Na atual Argentina: **Corpus, San Ignácio Mini, Loreto, Sant'Ana, Candelária, São Carlos, São José, Apóstoles, Cocepción, Assunción, Santa Maria, San Javier, Mártires, São Tomé, La Cruz e Yapeyú**.

- No atual Rio Grande do Sul: **São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Borja, São Miguel, São João Baptista e Santo Ângelo**.

A vasta área da República Guarani

Cada redução tinha as suas estâncias, onde havia plantações e se criava gado, o que ampliava consideravelmente a área sob seu controle. Para que se tenha uma idéia dessa vastidão, as reduções mais ao sul, em território do Rio Grande do Sul – São Borja e São Miguel -, se encontravam perto do paralelo 29, mas suas estâncias entravam em território do atual Uruguai, até os limites do rio Negro, na altura do paralelo 32. A estância da redução de Yapeyú – a mais meridional, em território argentino – passava um pouco da atual cidade de Paysandu, além do paralelo 32.

A República Guarani estendia-se, assim, ao norte do Paraguai, próximo à fronteira com o Mato Grosso do Sul, no Brasil, até o meio do território uruguaio, enquanto, de leste a oeste, ai da bacia do Jacuí, no centro do Rio Grande do Sul, até o norte da Argentina. Essa era uma área de cerca de 400 mil quilômetros quadrados, tendo sido, no entanto, bem maior, quando, com as reduções do Guairá, na primeira fase, ainda abrangia praticamente quase todo o território paranaense.

No extremo meridional, a área da República Guarani se aproximava da Colônia de Sacramento, uma espécie de cabeça-de-ponte colocada por Portugal no Prata, o que acabou tumultuando as relações de nossa antiga metrópole com a Espanha.

Desde o início as forças espanholas utilizaram exércitos guaranis para derrotar e expulsar, por diversas vezes, os portugueses, e isso acabou levando as duas coroas a responsabilizarem os jesuítas, que terminaram sendo expulsos dos dois impérios.

Com isso, decretou-se o fim da República Guarani, que ainda agonizou por algumas dezenas de anos, sendo completamente desmantelada já no século XIX e quase todos os seus índios exterminados.

No final do século XVIII, a população indígena das reduções se aproximava de 600 mil pessoas. Depois da guerra guarani, em 1768, os cálculos oficiais indicavam menos de 300 mil. Em 1801, a população oficial era de 42.885 índios.

Somente no lado brasileiro, havia 30 a 40 mil índios quando do Tratado de Limites e, em 1827, não mais do que 1874.

O tratado de limites e o desmembramento das Missões

A tumultuada Colônia de Sacramento, fundada por tropas portuguesas em 1680, tomada e devolvida em 1681 por forças espanholas, voltou a ser atacada a partir de Buenos Aires em 1703, depois da deflagração da guerra entre Espanha e Portugal.

Como em todos os demais episódios militares do Prata desde meados do século anterior, os índios missioneiros tiveram papel decisivo, lutando sempre ao lado das forças espanholas, visto que deviam obediência e, inclusive, pagavam tributos à Coroa da Espanha.

Tendo cercado completamente a Colônia durante quatro meses, os espanhóis e guaranis receberam-na, sem luta, em março de 1705. Mas, em 1716, foi novamente devolvida, e sem um encerramento dos incidentes: por ordem do governo de Buenos Aires, os índios missioneiros atacaram a Colônia nos anos seguintes e em 1735 voltaram a cercá-la, tomando-a dos portugueses e procurando, nesse meio tempo, impedir que estes também colonizassem Montevideú.

Os índios missioneiros não só impediram a aproximação dos portugueses da atual capital uruguaia como ajudaram a construir a cidade para a instalação de casais oriundos das Ilhas Canárias. Não puderam impedir, no entanto, que os portugueses se fortificassem na cidade de Rio Grande e, a partir da colonização de casais açorianos, passassem a ocupar todo o atual litoral gaúcho.

A maior ameaça contra a República Guarani, porém, ainda seria a Colônia de Sacramento.

Em 1750 uma filha do rei da Espanha casou com um filho do rei de Portugal, união suficiente para colocar um fim às hostilidades entre os

dois países. Antes mesmo da concretização do casamento, a celebração do chamado Tratado de Madri, em janeiro de 1750, assegurava a paz com uma troca que colocaria abaixo a república dos índios: a Espanha ficaria com a Colônia do Santíssimo Sacramento, uma pequena área de terras com uma fortaleza e modesta povoação, e dava em troca os chamados Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul, compreendendo sete cidades, algumas com indústrias primitivas formadas pelos jesuítas e índios.

Migração e guerra

O ponto mais importante do Tratado foi o que obrigou jesuítas e índios a abandonarem suas povoações e, mais uma vez, cruzarem o rio Uruguai para se instalar novamente no lado da atual Argentina, podendo levar pertences, gado e o que conseguissem carregar.

Nem os jesuítas nem os povos das reduções foram consultados, mas Portugal e Espanha não queriam esperar muito para concretizar a troca e, de imediato, nomearam comissões para iniciar a demarcação de limites.

Alguns dos povos das missões chegaram a deslocar-se para território argentino, de onde foram repelidos por índios charruas. Nesse meio tempo, a redução de São Nicolau rebelou-se, as outras terminaram por segui-la e os índios, já então muito desconfiados com os jesuítas, decidiram assumir a responsabilidade pelo ataque contra as tropas portuguesas e espanholas.

O primeiro confronto ocorreu em território do atual Uruguai, pouco depois da atual localidade de Chuí. Em 1753, no entanto, os comissários portugueses e espanhóis decidiram unir seus exércitos para enfrentar os

índios, deflagrando-se a guerra em 1756.

Os índios enfrentaram os exércitos português e espanhol completamente desorganizados, sem um comando único, e não conseguiram resistir muito tempo. Seu principal líder, o corregedor e alferes real de São Miguel, capitão José ou Sepé Tiarajú, morreu numa das primeiras batalhas e tornou-se um mito, que, no entanto, não deu mais sorte a seus seguidores, utilizando somente lanças, arcos e flechas, e umas poucas “bocas de fogo”, eles sucumbiram na batalha de Caibaté ante o poderio dos exércitos das coroas, armados com inúmeros canhões.

Seguiu-se a ocupação dos povos das missões, que os índios, ao abandonar, procuravam destruir, colocando fogo em tudo. Vitoriosos, portugueses e espanhóis é que comandaram a transmigração dos povos para o outro lado do rio Uruguai, mas, então, confiscando quase todos os seus pertences.

A expulsão dos jesuítas

Já estavam os Sete Povos quase todos devastados, boa parte de seus guerreiros mortos e mulheres e crianças transmigradas, quando, em 1761, Portugal e Espanha decidiram anular o Tratado de Madri, fazendo cessar todas as providências para sua implementação.

Puderam, então, índios e jesuítas voltar a cruzar o rio Uruguai, retomando aos Sete Povos, que ficaram, todavia, somente com metade de sua população. Começavam a reconstruí-los, nos mesmos lugares onde os haviam assentado, quando é dado o golpe derradeiro na República Guarani: a expulsão dos jesuítas.

Quando eclodiu a chamada Guerra dos Sete Anos, a Espanha

ficou em posição contrária a Portugal. Como a Colônia de Sacramento havia sido devolvida a Portugal com o fim do Tratado de Madri, o governador do Prata recebeu ordens de atacá-la, assim que irrompeu o conflito, o que foi feito, novamente, com envolvimento de índios missionários, que mais uma vez deram a vitória à Coroa Espanhola.

Mas Espanha e Portugal voltaram a acertar-se recebendo de volta a Colônia de Sacramento, em 1763, e os jesuítas acabaram sendo responsabilizados pelo último ataque, não obstante o apoio dos índios tenha sido expressamente solicitado.

A verdade é que a república Guarani já incomodava muita gente: era apresentada na Europa pelos opositores da Companhia de Jesus como uma área independente, podendo resistir aos melhores exércitos espanhóis e portugueses, armada e capaz, inclusive, de tomar as principais cidades da colônia. Folhetos apócrifos chegavam a fazer menção a um suposto Nicolau I, rei do Paraguai, referindo-se a um já velho cacique Nicolau Nhenguirú; e na própria colônia espanhola havia muitas resistências contra os índios, as reduções e os jesuítas, pelo fato de terem lutado a favor da Espanha para dismantelar movimentos de emancipação, de impedirem a entrada de espanhóis e colonos nas áreas das reduções e, enfim terem eliminado a grande fonte de escravos em toda a região.

O ódio do Marquês

A guerra guarani levou o Marquês de Pombal, em Portugal, a odiar os jesuítas, pois os responsabilizava por todos os incidentes. Em 1759 ele expulsou a Companhia de Jesus de terras portuguesas e, em 1767, foi à vez da Espanha seguir essa atitude, concretizando a retirada dos jesuítas da área das Missões em 1768.

Como eram os jesuítas que comandavam a vida nas reduções e não prepararam os índios para sobreviver sem sua orientação, destruí-se em poucos anos o que se levou quase um século e meio para construir.

Quando isso ocorreu, as reduções da Argentina e do Paraguai – que anteriormente integravam a Província do Prata – ainda estavam intactas, mas isso duraria pouco. Depois da saída dos jesuítas, foi proibido o comércio entre as reduções (que lhes dava auto-suficiência), abertas suas fronteiras à entrada de espanhóis, que ocuparam as terras, corromperam e embebedaram os índios, levando-os a pilhagem, deserção e abandono completo das reduções.

Os guaranis foram semi-escravizados num primeiro momento e, a seguir, transformados em soldados e envolvidos em todos os conflitos do Prata.

A destruição completa

A decadência foi de tal ordem que, em 1801, quando eclodiu nova guerra entre Portugal e Espanha, o fazendeiro Manoel dos Santos Pedroso e o contrabandista José Borges do Canto, à frente de somente 40 homens, conseguiram conquistar para Portugal os Sete Povos, na margem esquerda do Uruguai, atual Rio Grande do Sul. As Missões passaram a ser governadas por militares.

Depois que em 1815 foi proclamada a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, tendo Buenos Aires como capital, a Banda Oriental, ou seja, o atual Uruguai, rebelou-se sob o comando de José Artigas. Durante a campanha contra Buenos Aires. Artigas conheceu em São Borja um índio daquela redução, Andrés Guacurari, que tornou

seu filho adotivo e passou a ser conhecido como Andresito Artigas, nomeado por Artigas para o comando das Missões, que pretendiam tornar independentes.

Ocorreram inúmeros conflitos entre forças de Artigas e portugueses, em território das Missões, de onde Andresito também partiu para atacar o Paraguai. A essa altura as reduções já não se caracterizavam como tal. Não tinham nada dos antigos aldeamentos e não passavam de quartéis e os índios estavam transformados em soldados, uma hora lutando a favor de um, outra de outro.

Como represália às hostilidades de Andresito no lado brasileiro, em janeiro de 1817 o brigadeiro Francisco das Chagas Santos cruzou o rio Uruguai e destruiu completamente as reduções – que foram demolidas até os alicerces e saqueadas – de **Yapeyú, La Cruz, San Thomé, Santa Maria, San Javier, Mártires e Concepción**, saqueando ainda **San José, Apóstoles e San Carlos**, depois também destruídas.

Em 1818 Andresito foi derrotado e preso em São Nicolau. Levado para o Rio apareceu morto na Fortaleza de Santa Cruz. Em 1820, José Artigas também foi vencido pelos brasileiros e refugiou-se no Paraguai, onde foi acolhido pelo ditador José Gaspar de Francia, um antigo aluno dos jesuítas.

Quando foi proclamada a independência da Argentina, ficaram sob o controle de Francia – segundo acordo que chegou a ser firmado – as cinco reduções que estavam na margem esquerda do rio Paraná (atual território argentino), as oito da margem direita e as três situadas ao norte do Paraguai (as chamadas reduções do Tarumá).

Em 1817, no entanto, quando o brigadeiro Francisco das Chagas

Santos arrasou as reduções na margem direita do rio Uruguai, Francia, que não queria complicações próximas ao Paraguai e também não pretendia vê-las cair em mãos de Andresito Artigas, tornou a iniciativa de mandar arrasar completamente as cinco reduções da margem esquerda do rio Paraná, sob o seu controle: **Corpus, San Ignacio Mini, Loreto, Sant'Ana e Candelária.**

Restaram, assim, as 11 reduções ao norte do rio Paraná, em território paraguaio, que eram governadas por um mordomo, o qual também descaracterizou completamente o sistema de administração dos jesuítas, a exemplo do que ocorrera nas margens esquerda e direita do rio Uruguai, respectivamente Brasil e Argentina atuais.

Rebeliões surgidas foram esmagadas em 1832 nas reduções de **Belém e Santa Rosa** e os índios remanescentes foram levados ao sacrifício, em massa, durante a chamada Guerra do Paraguai, empreendida nos anos seguintes pelo ditador Solano Lopez. Em 1848, Lopez tornou as reduções “cidades livres”, expropriou os índios e entregou-lhes unicamente um lote de terras. Os lotes foram abandonados, pois os índios não se acostumavam à exploração capitalista. As antigas reduções transformaram-se em cidades e, delas, restou pouca coisa.

Os Sete Povos terminam com uma nova República

Nas margens do rio Uruguai, os Sete Povos das Missões ainda não estavam completamente destruídos. Os caudilhos da atual Argentina sempre pretenderam ocupar essa área, antes sob domínio espanhol, entregando a missão ao general Frutuoso Rivera, que, em 1827, a concretizou, sem nenhuma reação das forças brasileiras (o Brasil já era independente).

Mas, antes de ocupar as Missões, Rivera terminou perseguido pelo próprio exército argentino, e, assim, ao invés de incorporar à Argentina a área conquistada, constituiu nas Missões (do lado brasileiro) um governo regular, pretendendo fazer o projeto evoluir para a república riograndense, que os liberais gaúchos também queriam estabelecer. O sonho durou oito meses, depois dos quais Rivera foi forçado a deixar a região, o que, no entanto, somente fez depois de saquear tudo, inclusive igrejas, levando o que restava.

As populações missioneiras transmigraram com Rivera para o atual Uruguai, onde, com esses índios, em 1829, ele fundou a cidade de Bella Union. Os índios, porém, terminaram por se organizar em bandos armados e passaram a invadir o território brasileiro, de Quaraí ao Alegrete, no Rio Grande do Sul, para assaltar fazendas.

Parte deles foi morta por Manuel Luiz Osório, que era tenente em Quaraí. Em 1831, os restantes sublevaram-se contra o próprio Frutuoso Rivera, que então presidia a constituída República do Uruguai. Um grupo de índios chegou a deixar Bella Union para enfrentar Rivera, mas foi destruído e os sobreviventes distribuídos entre os moradores de Montevideú e de outras cidades do Uruguai, para serem “educados” e voltaram a ser “cristianizados”.

Alguns ainda ficaram em Bella Union, e em 1834 foram enviados para as imediações de Durazno, também no Uruguai, fundando um povoado que denominaram São Borja, mas que não durou muito. Era o fim melancólico dos remanescentes da República Guarani.

Estrutura urbana e código penal

Embora seus exércitos tenham se envolvido em quase todos os

incidentes militares ocorridos no Prata, sempre em defesa da Coroa Espanhola, a República Guarani não tinha, entretanto, objetivos militares. A militarização foi uma decorrência, primeiro, do ataque dos bandeirantes, e, posteriormente, da própria solicitação geralmente do governo de Buenos Aires, uma hora para atacar revoltosos em Assunção outra retirar os portugueses da Colônia de Sacramento, e, em outras oportunidades, inclusive, para a defesa da própria Buenos Aires.

As reduções geralmente se situavam à margem de rios, devido à facilidade de comunicação entre uma e outra, em pontos estratégicos e com solos bons para cultivos. Todas elas obedeciam a um plano básico, e tornaram-se verdadeiras cidades, com ruas em linhas retas, e se expandindo a partir da igreja. Ao lado da igreja geralmente se situava um asilo para velhos, o hospital, cemitério, escola, alojamento dos padres e a casa das viúvas, que moravam juntas. Próximo dali, oficinas para os mais diversos serviços e, às margens da praça central, defronte à igreja, as casas dos índios: de um lado os casados, de outro os solteiros. No início das reduções, as casas e as demais construções não eram de pedra, mas, no correr do tempo, passou-se a utilizar esse tipo de material, graças ao que as ruínas puderam chegar aos dias atuais. O modelo urbanístico das reduções inspirava-se pois, na forma do “plano damero” e baseava-se em toda uma legislação que continha recomendações para a fundação dos povoados.

Embora a coordenação das reduções fosse dos jesuítas, cabia aos índios a ação de administração, através de um conselho, eleito em cada redução, compreendendo um corregedor, que seria o presidente ou cacique; um comissário administrativo; dois alcaides que exerciam o papel de “juízes em matéria criminal” e outros dois como oficiais de polícia, entre outros assessores.

Possuíam uma espécie de código penal, que previa, como pena máxima, a prisão perpétua, depois reduzida para um máximo de dez anos. Se, nesse aspecto, o código era relativamente brando, não o era para crimes de aborto e encesto: além de dois meses a ferros, os implicados ainda eram submetidos a três séries de 25 açoites, no período.

Planta de uma redução

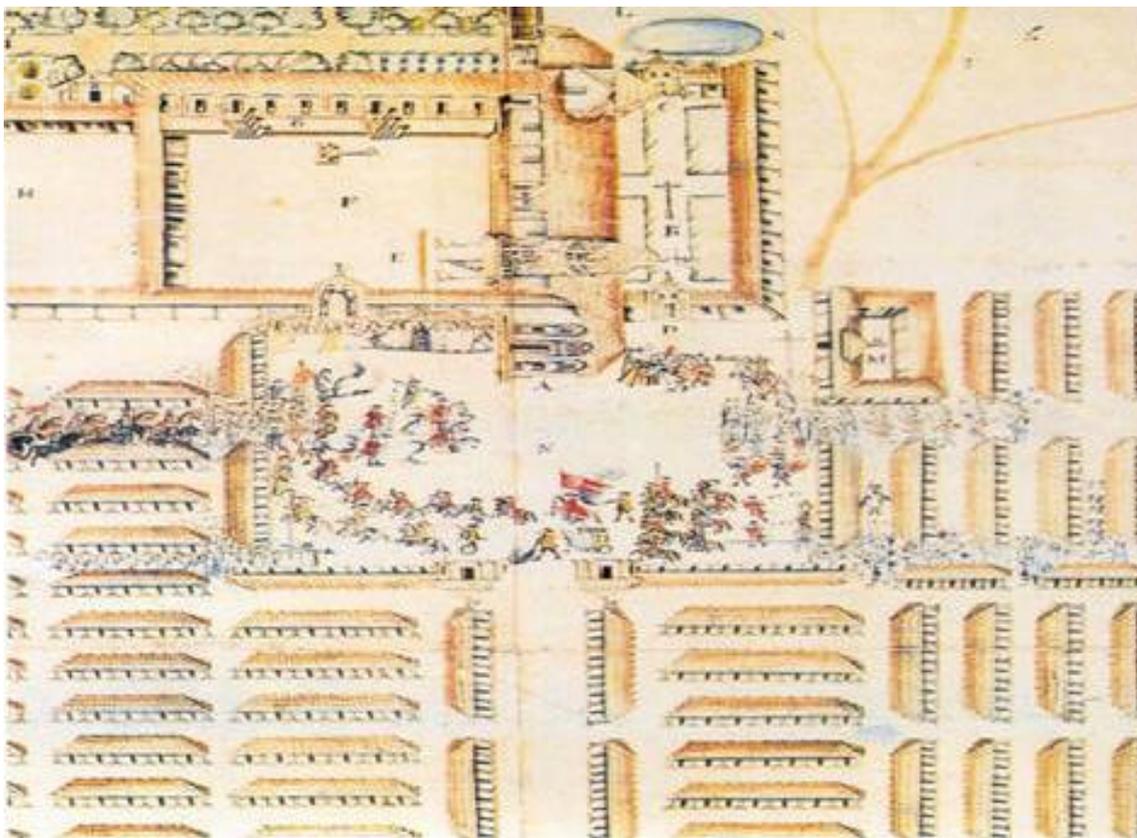


FIGURA 4: Planta de uma redução
Fonte: Furlong, 1962.

A igreja, a praça e as casas



FIGURA 5: A Igreja, a praça e as casas
Fonte: Furlong, 1962.

O uso do solo era comunitário

As áreas de cada redução eram demarcadas e, em caso de conflito de limites, a decisão cabia a uma junta de três padres ligados a um provincialato diferente daquele onde o problema ocorria.

Havia dois provinciais: um ficava em Candelária, próximo a San Ignacio Mini, na atual Argentina, e o outro em Yapeyú, na costa do rio Uruguai. O solo pertencia à comunidade e era indivisível. O mesmo ocorria com a produção e todos os bens, que eram fornecidos a cada família segundo suas necessidades, sistema que sempre funcionou muito bem. Percebia-se, aliás, que o índio necessitava trabalhar em comunidade, situação em que sua produtividade era muito melhor. Quando colocado para produzir em pequenas áreas que eram postas à sua disposição, para o atendimento das necessidades da família, a produtividade não era a mesma.

Primeiro estado industrial da América Latina

Também as oficinas e meios de transportes eram comunitários. A República Guarani foi o primeiro estado industrial da América Latina. Na redução de São João Baptista (atual Rio Grande do Sul) foi forjado o primeiro ferro das Missões, e temperado o aço depois utilizado na fabricação de sinos para as igrejas.

Nas reduções às margens dos rios Uruguai e Paraná, havia estaleiros para a construção dos barcos de transportes. Eram inúmeros os teares, moinhos, serrarias e curtumes. Os trabalhos com ferro acabaram evoluindo para a produção de todo o tipo de armas, inclusive canhões, para serem utilizados por seus exércitos.

Havia também nas reduções, inúmeros profissionais formados a partir da orientação dos padres: douradores, pintores, escultores, ourives,

relojeiros, serralheiros, carpinteiros, marceneiros, tecelões, fundidores, sapateiros, alfaiates, padeiros, açougueiros, toneleiros, torneiros, corruiros, telhadores, violeiros, fabricantes de implementos agrícolas, ceramistas, etc.

Em 1705 foi instalada na redução de Nossa Senhora de Loreto (atual Argentina) uma gráfica, cujo primeiro livro foi “Temporal y Eterno”, de Euzébio Nieremberg. Outras gráficas foram instaladas posteriormente nas reduções de Candelária, Santa Maria e San Javier, também na atual Argentina.

Alguns trabalhos lingüísticos preciosos que foram impressos nas reduções, ainda podem ser encontrados no Museu Histórico de Buenos Aires. Há informações de que na Biblioteca da Universidade de Munich (Alemanha) há um exemplar de uma obra do padre Antônio Sepp sobre o Paraguai, impressa na época. Eram impressas cartas astronômicas, tendo sido montado em San Cosme y Damian, inclusive, um observatório; e as reduções produziram ainda um boletim meteorológico, que chegava a ser utilizado no Peru.

Música e pintura, riqueza e controle de estranhos nas reduções

Em meados do século XVII foi formada uma escola nacional de música. Existiam, nas reduções, cerca de três mil músicos. Os índios utilizavam o órgão, violino, violoncelo, contrabaixo, clarinete, flauta, harpa, guitarra, violão, trombeta, trompa e tambor, instrumentos feitos por eles nas próprias reduções.

Os guaranis também eram excelentes pintores e escultores. Faziam cópias perfeitas, segundo os padres. Muitas das estátuas ainda

podem ser vistas em museus nas ruínas das reduções que subsistem no Paraguai, Argentina e Brasil, imitando o estilo grego antigo e do Renascimento. Suas igrejas eram ricas e imponentes, tendo sobrado delas muito pouco, permanecendo uma parte maior de sua estrutura em somente quatro reduções: São Miguel (Brasil), San Ignacio Mini (Argentina) e Trinidad e Jesus (Paraguai) – esta última nem chegou a ser concluída, pois estava em obras quando os jesuítas foram expulsos.

Em todas trabalhadas e decoradas com objetos de prata e ouro. O ouro era importado do Peru, para onde as reduções vendiam outras mercadorias. Circulavam muitas lendas de que nas reduções existiam grandes minas de ouro e prata, mas não era verdadeiro.

Não havia uma moeda nas reduções. O fumo, mel e milho faziam, às vezes, o papel de mercadoria-moeda, o que, no entanto, era dispensável, pois todas as necessidades dos índios eram atendidas pelos centros comunitários de distribuição, por setor ou bairro.

Permitia-se a entrada nas reduções somente de mascates estrangeiros, por um período máximo de três dias. O comércio exterior, todavia, era inexpressivo, mas feito através de mercados implantados nas reduções de San Ignacio Guazu, Santa Maria da Fé, Santiago, Santa Rosa (Paraguai), San Carlos, Yapeyú e San Cosme (Argentina), e dos entrepostos de Buenos Aires e Santa Fé. Com os lucros das vendas, pagava-se o imposto à Coroa Espanhola e compravam-se materiais para as igrejas e instrumentos agrícolas.

Produtos exportados, principalmente para Buenos Aires, Corrientes, Santa Fé, Assunção e Vila Rica: mate, esculturas, peles, mel, frutas, tinturas, cavalos, mulas, carneiros, etc.

Importava-se ouro, prata, cobre, aço, ferramentas, agulhas, anzóis, sal, papel, seda, vinho, etc. Em meados do século XVIII as importações já eram muito pequenas e as reduções se tornaram praticamente auto suficientes.

Era também por vontade do rei da Coroa Espanhola que ordenava que as escolas de primeiras letras para os povos indígenas na América não tivessem apenas a finalidade de ensiná-los a ler e escrever, mas também a de ser um centro educacional da infância e da juventude na vida cristã. Era ainda um meio fácil e seguro para atingir o índio adulto.

Inicialmente, as crianças eram ensinadas por um padre, nos turnos da manhã e da tarde. Estimulados com prêmios, repassavam a seus pais o que aprendiam. O método de competição foi usado pelos jesuítas nas escolas das reduções. Além das escolas de doutrina, todas as reduções possuíam escolas que ensinavam a ler, escrever e contar; aí aprendiam música, confecção dos instrumentos musicais, canto e dança. Aprendiam também pintura, escultura, tecelagem e fiação (só as meninas). Ensinava-se o catecismo na própria língua guarani. O ensino não era de caráter obrigatório, mas os filhos dos caciques, dos cabildantes e dos músicos freqüentavam as escolas todos os dias.

O material didático utilizado nas escolas das reduções eram cartilhas, catecismos e livros com frases curtas que, antes de os jesuítas terem a imprensa, eram manuscritos em couros de bovino raspados e feitos pelos próprios índios.

O ensino da música nas reduções, introduzido quando da fundação das mesmas em 1609 pelo padre Diogo de Torres, foi muito importante. Os povoados missioneiros possuíam bandas, orquestras, grupos musicais e cantores. Os principais instrumentos do ensino nas reduções eram a música, a leitura e a caligrafia. Os melhores alunos eram selecionados

para as atividades mecânicas e artísticas, como por exemplo, desenho, pintura, escultura e, as mais ambicionadas pelos adolescentes, a música, o canto, a dança e a arte dramática, com temas religiosos, como a vida dos santos. Os índios eram sensíveis e hábeis quanto às práticas artísticas.

Controle de mercadorias

As reduções podiam comercializar entre si, mas os valores das trocas não incluíam lucros, levando em conta, unicamente, a soma de trabalho, necessária para sua produção. Os regulamentos que disciplinavam a ação dos padres jesuítas nas reduções eram muito rigorosos e, o mais detalhado deles, de 1689, chegava a fixar os valores dos produtos que os padres poderiam pagar aos índios pelos excedentes de sua produção individual, quando fosse o caso.

O regulamento também fixava quais as reduções que poderiam se relacionar socialmente entre si. Nas festas, nunca poderia haver mais do que quatro danças, às quais era proibido o acesso das mulheres, e nunca poderiam ficar a sós com uma delas

Muitos incidentes armados na final da República

As reduções possuíam condições de vida muito superiores às de cidades que ainda existem na região onde se desenvolveram: as estradas eram bem conservadas, havia esgoto em algumas das cidades, todas as construções incluíam varandas, eram arejadas, não faltavam casas e nem alimentos.

Atacadas pelos bandeirantes “encomendeiros” e tribos inimigas, as reduções acabaram armando-se, graças ao que se tornaram um

importante braço da Coroa Espanhola para intervenção em diversos conflitos do Prata. Cada redução tinha um corpo de cavalaria, armado com sabres, lanças e mosquetes; e outro de infantaria, com espadas, fuzis, fundas, arcos e flechas e macaná. Seiscentos a mil cavalos estavam sempre preparados, em cada redução, para utilização imediata, e, em pouco tempo, poderiam ser mobilizados ao menos 30 mil índios, todos a cavalo, para qualquer tipo de operação ofensiva ou defensiva.

Quando houve a revolta da chamada Comuna de Assunção, as reduções, durante algum tempo, mantiveram permanentemente mobilizado um grupo de 12 a 14 mil homens, preparados para intervenção imediata, em defesa da Coroa Espanhola.

Os incidentes ocorreram entre 1721 e 1735. Dom José de Antaquera, que poderia ser considerado o chefe do primeiro partido de independência formado na América Latina, queria que os colonos tivessem declarado sua liberdade em relação à Espanha. Como não pretendia o mesmo para os índios, os jesuítas das reduções ficaram contra ela, e apoiaram a candidatura de Dom Balthasar Garcia Ros para governar o Paraguai. Este acabou sendo preso e os jesuítas foram expulsos de Assunção. Um pequeno exército guarani de quatro reduções foi atraído para uma cilada nas proximidades da capital, e todos os índios foram mortos, o que chamou a atenção da Coroa. As autoridades coloniais nomearam um terceiro nome para governador, prenderam Antequera e o condenaram à morte no Peru, o que resultou em forte reação popular na capital do Paraguai, onde os revoltosos formaram uma comuna e armaram um contingente que passou a atacar as reduções próximas. Nos anos seguintes mataram um novo governador que pretendia restabelecer relações com os guaranis, e, nesse momento, as autoridades espanholas decidiram enviar um exército de Buenos Aires para dominar os paraguaios. Até a chegada do corpo armado, Assunção

foi cercada por 12 mil índios das reduções, o que levou os revoltosos a se entregarem.

Em 1702 os guaranis conseguiram impedir que os ingleses invadissem Buenos Aires, transportando, com suas barcas, todo um exército de Corrientes para a futura capital Argentina.

Pouco antes, foram os índios missioneiros que patrulharam todo o litoral na altura da atual Montevideu, para impedir a entrada de portugueses em direção à Colônia de Sacramento.

Em 1772, também foram os guaranis que construíram os fortes de Santa Teresa e Santa Tecla, ainda hoje existentes, próximos à fronteira com o Brasil, pouco além do Chuí, procurando, igualmente, impedir a entrada de portugueses a partir do atual território brasileiro.

Os remanescentes histórico-culturais das reduções

A região que foi ocupada pelas reduções jesuítico-guarani possui ainda hoje importante acervo histórico-cultural materializado em sua paisagem: ela é testemunha de uma história singular de um período da conquista das terras da América Meridional pelos colonizadores espanhóis. Esse legado histórico, que data de muitas décadas, pertence hoje a três países: Brasil, Argentina e Paraguai. Esses, apesar de possuírem um passado em comum, a experiência colonial, apresentam, atualmente outras características que lhes conferem particularidades.

Esse conjunto de remanescentes da cultura material jesuítico-guarani dos Trinta Povos Missioneiros localizados em território de colonização espanhola, hoje está assim distribuído: a noroeste do Rio Grande do Sul, no Brasil, sete povoados; na província de Misiones, na Argentina, quinze povoados e, no departamento de Itapua, no Paraguai,

oito povoados. Testemunhos materiais de um episódio histórico singular podem ser considerados de mesmo valor que outros monumentos arquitetônicos americanos que podem ser utilizados por historiadores e outros estudiosos como importantes documentos para pesquisa. Podem, também, servir como suporte didático para o ensino e aprendizagem de crianças e adultos.

Do conjunto dos Trinta Povos Guarani, são declarados pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade os sítios arqueológicos de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul, Brasil), São Ignácio (Argentina), e Trinidad e Jesus (Paraguai). Esse riquíssimo patrimônio representa um importante acervo para estudo e pesquisa.

Remanescentes da Cultura Material das Reduções Jesuítico-Guarani Declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO

País	Declarados Remanescentes da Cultura Material das Reduções	Remanescentes da Cultura material das Reduções Jesuítico-Guarani
Brasil Rio Grande do Sul (região	São Miguel Arcanjo (Município de São Miguel das Missões)	Pode-se observar hoje boa parte da antiga igreja do período reducional, algumas paredes da escola, oficinas, cotiguaçu, o muro do cemitério guarani, entre outros

noroeste)		fragmentos da época missioneira.
Argentina Província de Misiones	São Ignácio (Intendência de São Ignácio)	Restam paredes e portadas com vestígios de ornamentação da Igreja, algumas casas dos índios ao redor da praça, nas antigas habitações dos padres encontram-se cerâmicas trabalhadas. Parte do colégio ainda com seus alpendres (varandas) pode ser visto.
Paraguai Departamento de Itapua	Trinidad (Encarnación)	Grande parte da igreja missioneira, antigas casas dos índios que mostram trabalhos em pedras, parte do colégio e 14 esculturas do período reducional feitas em madeira e pedra.
	Jesus (Encarnación)	Visualizam-se paredes da antiga igreja e uma ala do colégio. Na igreja encontram-se 20 esculturas missioneiras.

TABELA 1: Remanescentes da Cultura Material das Reduções Jesuítico-Guarani Declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO
Fonte: Nogueira, 1999.

Além dos sítios arqueológicos declarados pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, dos Trinta Povos, restam outros remanescentes na Argentina (Santa Maria, Sant'Ana, Loreto e Apóstolos), no Paraguai (São Cosme, Santa Rosa, Santa Maria da Fé e Santiago), e no Brasil (São João Batista, São Lorenço Mártir e São Nicolau). O estado de conservação e preservação varia de um sítio a outro. Ao longo dos anos foram realizadas várias intervenções. Dentre elas, destacam-se aquelas realizadas no sítio histórico de São Miguel Arcanjo que iniciaram em 1926, com a estabilização das ruínas. Uma década mais tarde, foram feitas obras de grande vulto. Na década de sessenta, trabalhos de conservação foram realizados e, efetivamente, a partir de 1980, várias obras foram realizadas pelo IPHAN e que ainda estão em andamento.

Quanto aos sítios de San Inácio e Trinidad, estão sendo realizados trabalhos de restauração, manutenção e proteção há algum tempo. Em Jesus, desenvolve-se um plano de valorização, levantamento básico, diagnóstico e consolidação de terrenos com altas declividades, visando à proteção das ruínas contra as enxurradas através de convênio com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Remanescentes Declarados como Patrimônio Nacional

País	Demais remanescentes das antigas reduções jesuítico-guarani	Remanescentes da cultura material das reduções jesuítico-guarani
Brasil	São João Batista (Município do Entre-Ijuís)	Paredes da igreja, algumas paredes do antigo colégio e oficinas caídas; nas proximidades do sítio arqueológico existem as forjas da fundição de ferro da redução.
	São Lourenço Mártir (Município de São Luiz Gonzaga)	Algumas paredes da igreja, do colégio, das oficinas, casas dos padres e os muros do antigo cemitério.
	São Nicolau (Município de São Nicolau)	Algumas paredes, bases de colunas, pisos, adega e algumas imagens missioneiras.
	São Luiz Gonzaga (Município de São Luiz Gonzaga)	Doze esculturas missioneiras na igreja matriz, no museu arqueológico, peças como pia batismal, ladrilhos, telhas e

País	Demais remanescentes das antigas reduções jesuítico-guarani	Remanescentes da cultura material das reduções jesuítico-guarani
	<p>São Francisco de Borja (Município de São Borja)</p> <p>Santo Ângelo Custódio (Município de Santo Ângelo)</p>	<p>tijolos.</p> <p>Algumas esculturas e fragmentos de cerâmica do período missioneiro.</p> <p>Uma escultura missioneira na Catedral, algumas peças no Museu Municipal tais como: base de castiçal, esculturas, pedras trabalhadas, além de outros fragmentos de pedras expostos na quadra da Catedral.</p>
Argentina	<p>Nossa Senhora de Loreto</p> <p>Santa Ana</p> <p>Santa Maria</p>	<p>Parte da antiga igreja, algumas paredes, parte das fachadas, também algumas casas de índios, ainda em boas condições, entre pedras dispersas.</p> <p>Ruínas da igreja com sua grande escadaria na entrada, algumas colunas em madeira e restos de outras construções.</p> <p>Alguns muros, colunas e parte da antiga igreja.</p>
	São Cosme e Damião	Ruínas da igreja, parte do colégio e vestígios das casas dos índios.

País	Demais remanescentes das antigas reduções jesuítico-guarani	Remanescentes da cultura material das reduções jesuítico-guarani
Paraguai	Santa Maria da Fé	Uma casa de índios, 50 imagens (esculturas) do período missioneiro.
	Santa Rosa	Algumas paredes das casas dos índios, fachada da igreja, duas portas de nicho pintadas e algumas imagens.
	Santiago	Restos de casas dos índios e 60 esculturas missioneiras.

TABELA 2: Remanescentes Declarados como Patrimônio Nacional
Fonte: Nogueira, 1999.

As missões jesuíticas na Argentina

A Argentina possui um dos mais importantes registros da cultura missioneira distribuídos entre as ruínas de San Ignacio, San Ignacio Mini, Candelária, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto, Santa Maria e San Carlos. Consideradas Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, os trabalhos de preservação possibilitam a observação da monumentalidade dos vestígios de uma parte da história do povo guarani que viveu na região no século XVII.

1 San Ignacio

Declarada pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, San Ignacio foi fundada em 1610 em Guairá. A redução teve que se deslocar em 1631, juntamente com a redução de Foreto na atual Província de Misiones. O padre Antônio Ruiz de Montoya conduziu o êxodo de 12 mil guaranis através de milhares de quilômetros de selva em 1696, estabelecendo-se no lugar onde hoje se encontra, sendo completamente destruída em 1817. Lá habitaram 4,5 mil índios num espaço de 10 hectares, em torno de uma praça retangular onde levantaram uma igreja, o refeitório, a cozinha e o pátio das oficinas e depósitos, o cemitério, também a residência dos missionários, o conselho e as casas dos índios. San Ignacio representou o desenvolvimento de um povo de mais de 100 mil guaranis que cultivaram a terra, imprimiram livros e também desenvolveram uma indústria surpreendente.

1.1 Igreja em estilo romano

A atração principal de San Ignacio, a exemplo de todos os demais lugares, também é a igreja, construída em estilo romano por dois arquitetos italianos, com 24 metros de largura, 74 de comprimento e uma altura de 11 metros - quatro a menos que a altura original. A redução fica a 265 quilômetros de Foz do Iguaçu. O teto era sustentado por duas colunas, que não existem mais. Na porta de entrada podem ser observados dois anjos, um de cada lado: um olhando para o lugar onde nasce o sol e, o outro, para onde o sol se põe.

Os pisos octogonais da igreja são todos originais e, por isso, estão isolados, não podendo ser pisados. Alguns ainda são mantidos intactos, mas a maior parte está rachada. No batistério, deve observar-se a parede superior à arcada sustentada por colunas de madeira muito bem conservadas.

Na entrada percebe-se indícios da existência de um coro, onde certamente se apresentava o primeiro coral orquestral do rio da Prata, constituído, nessa redução, em 1696.

1.2 Fábrica de instrumentos musicais

A redução de San Ignacio, além de sua produção agrícola e de ferro, foi o principal centro de fabricação de instrumentos musicais para as outras reduções e, inclusive, para exportação à Europa, onde competiam em igualdade de condições com os melhores fabricados nesse continente.

No altar maior da igreja estão enterrados 17 jesuítas, entre os quais dois dos fundadores: José Cataldino e Simão Masetta. As janelas que se observam na igreja tinham todas vidro que era produzido na própria redução, nas cores verde e branco, dos quais ainda podem ser vistos alguns pedaços no museu mantido na entrada da redução.

As portas eram todas muito trabalhadas, com inúmeras decorações, percebendo-se que algumas não chegaram a ser terminadas. Neste caso, porque, quando os jesuítas foram expulsos, os trabalhos não tiveram mais seqüência, por falta de quem orientasse os índios.

Ao lado da igreja, de um lado está o cemitério e, do outro, as salas de aula, sala de refeições dos padres, cozinha e o depósito de pratos e talheres. Os pisos são todos decorados.

Na antiga biblioteca, os pisos, com um boi em alto relevo, estão praticamente intactos e, para maior proteção, o local é fechado ao

público. Observa-se, numa das salas de aula, uma janela com forma octogonal, aberta na pedra. Acima do colégio havia um segundo piso, onde moravam os jesuítas, mas não se conserva mais nada dele, além da escada de acesso.

Podem observar-se ainda 36 pavilhões, com seis a sete divisões cada um, onde moravam os índios solteiros e casados. Originalmente eram 60 pavilhões. Defronte à igreja, no outro lado da praça de armas, existem as ruínas de duas capelas – uma para os solteiros e outra para os casados –, onde os índios rezavam antes de entrar ou sair da redução.

No museu, na atual entrada da redução, há uma pia batismal toda trabalhada, utensílios domésticos e outros materiais que eram produzidos na redução. Podem observar-se trabalhos não só em cerâmica como em ferro, e ainda pisos de vários tipos, vidros, telhas etc. Como detalhes curiosos, uma figueira cobrindo uma parede das ruínas, a raiz de uma árvore em forma de mulher e toda uma coluna envolvida por uma figueira, chamada pelas pessoas do lugar como "a árvore do coração de pedra". As ruínas de San Ignacio Mini são um dos principais recursos turísticos da província, situada no coração do conjunto permite apreciar quase com exatidão o que era o traçado urbano nas reduções. No acesso das ruínas se encontra o Centro de Interpretação com nove salas, que contam a história desde a chegada dos primeiros espanhóis, o habitat dos guaranis, até a maquete do que foram as reduções.

2 Candelária

Fundada em 02. 02. 1627, pelos jesuítas Roque González e Pedro Romero em um lugar próximo ao povoado de San Luis, no rio Uruguai. Mas, em 1637, por temor aos paulistas, emigraram ao norte do rio Paraná, perto de Itapuá e, posteriormnte, à costa sul do rio Paraná. Candelária funcionava como centro ou capital da república guarani, e nela

residia o Superior das missões e um Procurador-Geral. Era também o centro comercial da república guarani, já que nele chegavam as mercadorias provenientes do exterior, como vinho e azeite, entre outras. Foi a primeira capital da Província de Misiones, com a presença jesuítica.

3 Sant'Ana

Ruína Jesuítica situada na localidade de Santa Ana a 700 metros da Rota Nacional nº 12, a 40 km de Posadas e 16 Km de San Ignacio. A primeira redução de Santa Ana foi fundada em 1633, pelos jesuítas Pedro Romero e Cristóbal Mendoza. Em 1784 restaram somente 1754 descendentes, junto com os religiosos. Em 1767, ano da expulsão dos jesuítas, a população de Santa Ana já havia alcançado 4.344 habitantes; em 1784 restaram somente 1.754 descendentes.

Na construção do templo da selva, pode-se apreciar a Praça Central, a Igreja, as moradias, seus estúdios e o cemitério, utilizado pelos primeiros povoados da localidade de Santa Ana. Também se observa o que foi a estrutura produtiva desta redução, seus bebedouros, mansões, horta e sistema de irrigação escalonar. As ruínas foram declaradas Patrimônio Mundial pela Unesco em 1984.

4 Nuestra Señora de Loreto

Esta missão foi fundada no ano de 1610 pelos padres José Cataldino e Simón Maceta, sendo um dos povos jesuíticos mais importantes por sua grande produção de erva mate e por haver contado com a primeira imprensa da época, na qual foram escritos numerosos livros, muitos deles no idioma guarani. Depois da expulsão dos jesuítas se sucederam vários saques e incêndios, o que motivou a migração de seus habitantes. Encontra-se localizada em Loreto, a 2 quilômetros da Ruta

Nacional nº 12, a aproximadamente 50 km da cidade de Posadas, a 10 km de Santa Ana.

5 Santa Maria

Em 1626, os jesuítas Cláudio Ruyer e Diego Boroa fundam a Redução de Santa Maria, num sítio localizado ao norte do rio Iguçu e a leste do rio Paraná, em 1636. A redução estava em plena etapa de consolidação quando sobrevivem à expulsão dos jesuítas em 1767. Presume-se que os sacerdotes tinham intenção de construir uma Igreja nova em escala maior, os muros da resistência dos religiosos.

O traçado urbano desta Missão é similar às demais reduções jesuíticas, contando com uma praça central, a igreja, a casa do padre jesuíta, o cemitério, as moradias e a capela. Destaca-se a igreja com bonitos enfeites e cárcere de sete celas corridas separadas por paredes de 60 cm de espessura. Ali funcionou uma imprensa, entre 1722 e 1724, onde foram publicados livros de muito valor, em especial “Arte de la lengua Guarani”. Esta obra, conjuntamente com as impressões de Loreto e San Francisco Javier foram as primeiras publicadas no atual território argentino. Localização: Ruta nº 4, a 111 km de Posadas.

6 San Carlos

Fundada em 1631 pelo padre Mola em Caacapi, parada próxima do rio Uruguai no atual território brasileiro, mudou-se em 1637 onde hoje se encontra a Província de Corrientes, a 22 km da localidade de San José. Foi destruída completamente em 1817 pelas tropas do Brigadeiro Chagas.

As ruínas desta redução estão dentro do perímetro urbano de San José, onde pode-se visitar também um interessante museu, o centro de

documentação com valiosas coleções documentais e arqueológicas sobre as Missões Guaranis.

As missões jesuíticas do Paraguai

1 Trinidad

O lugar é meio agreste - a 180 quilômetros de Foz do Iguaçu e a 32 quilômetros de Encarnación, a antiga Nuestra Señora de la Encarnación de Itapua -, geralmente é esquecido quando se fala em visitar as ruínas das antigas missões jesuíticas, mas vale a pena ser conhecido, pois pode ser considerado o conjunto de ruínas mais importante.

Trata-se de La Santíssima Trinidad, com uma área de edificações com 117 hectares, uma das últimas reduções a ser construída no atual Paraguai, com índios oriundos da redução de San Carlos, na Província do Tape, atual Rio Grande do Sul.

Ela foi fundada nesse local em 1706, cerca de 70 anos depois da mudança de seus índios para terras do atual Paraguai. Foi uma das últimas reduções a ser abandonada, depois da destruição comandada pelos ditadores Francia e Lopez, e a invasão dos colonos. Os índios somente começaram a deixar a área no início do século XIX e, mesmo assim, não para muito longe. Em Colonio Pastoreo, a cerca de 70 quilômetros de Trinidad, ainda se encontram famílias de descendentes dos guaranis missioneiros.

Trinidad passou por um longo processo de recuperação, descobrindo-se uma área considerável e com grande dificuldade. A igreja, com 86 metros de largura e 45 de comprimento, por exemplo, estava

praticamente toda coberta por terra. O mesmo acontecia com a chamada praça de armas, cercada de restos de casas de índios.

Na igreja podem ser encontradas as tumbas dos antigos caciques da redução e o púlpito que era utilizado pelos jesuítas, todo trabalhado e que foi encontrado fragmentado em cerca de 1.500 pedaços. No final do século passado esses pedaços foram colados e, no momento, já pode ser admirado na igreja. É o único que pode ser visto nas missões, em seu estilo e muito rico em detalhes.

Pode ser ainda observado o panteão dos jesuítas, a antiga sacristia com inúmeras peças encontradas nas escavações arqueológicas, além das ruínas de muitas construções: uma igreja menor, colégio, campanário, cemitério e muitas casas de índios.

É muito bonita a vista, especialmente na praça de armas, onde os índios faziam exercícios militares e tinham sua recreação. Ainda podem ser vistas ali as colunas trabalhadas que sustentavam as varandas, defronte a todas as casas, formando grandes corredores que serviam de proteção contra o sol e a chuva, permitindo uma comunicação com quase toda a área construída da redução, como, aliás, também ocorria nas demais reduções.

Existem em Trinidad 16 estátuas, algumas parcialmente destruídas e ao ar livre. Umas poucas estão num pequeno museu na entrada da redução, acreditando-se que uma grande quantidade pode estar enterrada nas imediações, assim como objetos da época que eram confeccionados pelos índios.

Na produção os guaranis de Trinidad especializaram-se na exploração da erva-mate e produção de gado, embora também produzissem milho e arroz, entre outros produtos. A redução realizava

muitas exportações para a Espanha e Peru - além dos produtos agrícolas, tecidos, artigos de cerâmica e imagens em pedra e bronze.

Embora seja o maior e mais importante conjunto de ruínas das Missões jesuíticas, Trinidad não foi declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 1983, como ocorreu em relação a São Miguel, no Brasil; e San Ignacio Mini, na Argentina.

O acesso a Trinidad se dá a partir da Ruta 6, que liga Ciudad de Leste – na fronteira com Foz do Iguaçu, no Paraná – a Encarnación, construída sobre a antiga redução. Não há nenhuma informação sobre o que poderá existir embaixo da atual cidade, cogitando-se, para o futuro, realizar escavações na praça central para uma verificação.

2 San Ignacio Guazú

Fundado em 29. 12. 1609 pelo padre Lorenzana e Hernando Cueva, junto a um grupo de índios do povoado de Yaguaron, a quem os guaranis dos arredores logo se uniram. O primeiro estabelecimento foi feito no Itaquy e permaneceu ali durante 18 anos, passando depois a ocupar outro lugar, situado numa pequena colina de terra vermelha. Constava de uma praça, ao fundo da qual está edificada a igreja e a casa dos padres; a ambos os lados se edificaram as casas, traçadas com rua e meia. A construção das casa e ruas, da igreja e a das imagens que nela apareciam guiava o modelo que era comum a todos os povoados. É o mais antigo dos povos fundados pelos jesuítas. Uma antiga casa, hoje abriga um museu, e se exibem peças que integram uma das mais finas coleções da arte indígena do período jesuítico. Representa a primeira Missão Jesuítica do Paraguai. Distante 226 km a Asunción, 144 km de Encarnación, 66 km de Vila Florida, a primeira Missão Jesuítica do Paraguai. Foi a primeira redução fundada pelos jesuítas, em 1609. A

cidade praticamente destruiu o que havia de ruínas das reduções, mas, à beira da própria rodovia, pode ser visitado um museu – o melhor, nas reduções do Paraguai – com cerca de 60 imagens.

3 Santa Maria de la Fé

Não foi fundada pelos jesuítas, tendo sido anteriormente um povoado laico, fundado por Juan Caballero Bazán em 1592, com o nome inicial de San Benito. Em 1694, obrigou seu traslado para as margens do rio Piraty, mas, ao término de sete anos, um e outro povoado oltaram a sua antiga localização, um pouco ao sul da confluência dos rios de Corrientes e Paraguai. Depois de um novo saqueio, esta vez dos Mbayás, esta redução mudou-se novamente, situando-se, em 1772, às margens do rio Paraná, lugar onde permaneceu até a expulsão dos jesuítas. Mesmo com sua destruição, um bom número de imagens puderam ser salvas e hoje podem ser admiradas na atual Igreja e no museu instalado em uma das casas de índios. Seus artesanatos se destacam na confecção de tapetes e fabricação de deliciosos doces. Nesta redução existe somente restos de edificações e mais um museu de menor importância.

4 Santa Rosa

Fundada em 02. 04. 1698 pelos jesuítas, com um destacamento de índios retirados de Santa Maria de la Fé. Começou sendo colônia de Santa Maria e acabou sendo muito maior, chegando a ser um dos povoados mais prósperos e opulentos de Misiones, principalmente na riqueza do seu templo e adornos de culto. Está localizada a 248 km de Asunción, 122 km de Encarnación e 23 de San Ignacio. Conta com um Museu - Capela “Nuestra Sra de Loreto”, forma o mais atraente campanário, que ainda hoje segue prestando serviços. Esta igreja era a

mais ornamentada de todas as missões. A praça de Santa Rosa segue sendo um ponto vital na vida do povo. Também se pode visitar o Balneário sobre o rio Sanguri, e a colina Itá Morotí.

5 Santiago

Chamou-se em sua origem, Caaguazú. O primeiro nome que recebeu quando os jesuítas se ocuparam dele, foi San Ignacio, mas quando transportado à sua localização definitiva, às margens do rio Paraná, trocou seu nome pelo de Santiago, para evitar onfusão com o de San Ignacio Guazú. Conta com um museu, réplica de San Ignacio. Está situada ao lado esquerdo da Ruta 1 (17 km de distância) e a 32 km de San Ignacio. Da antiga redução restou muito pouco, porém, pode-se ver as formações de algumas casas da época de seus povos antigos. Possui um museu finíssimo, testemunho das artes nas missões. As estátuas se sobressaem e estão presentes os temas jesuíticos.

6 San Cosme y Damián

Foi fundada pelo jesuíta Adriano Formosodela, em 25. 01. 1634, na serra do Tape. Quatro anos depois, temendo os ataques paulistas, passou ao rio Paraná, localizando-se num lugar situado entre o arroio Aguapey e o povoado da Candelária, ao que se incorporou logo depois por ser pouco numeroso. No entanto, voltou a se separar em 1718 e, em 1740, transferiu-se ao norte do rio Paraná, para voltar a transladar-se, em 1760, à localização definitiva. Localizam-se a 39 km do desvio da Ruta 1 (Km 310), para a direita, a 341 km de Asunción e 66 km de Encarnación. Têm importantes construções que ainda hoje sobrevivem e que há alguns anos prestam serviços à comunidade. Nessas ruínas poderá visitar o colégio – único com teto original – e a igreja que, a exemplo das demais, todas incendiadas, está somente com a fachada e paredes laterais e foi

restaurada há alguns anos. Havia nessa redução em centro astronômico, que era conhecido em todo o mundo e dele resta unicamente um grande relógio de sol.

7 Jesús de Tavarangue

Foi fundada em 1685, pelo padre Jerônimo Defim, às margens do rio Monday, perto do rio Paraná, mudando-se logo ajudado pelos índios de Itapuá, ao rio Ibaroty. Este povoado sofreu várias mudanças, e a expulsão dos jesuítas, em 1767/68, encontrou-se em pleno traslado, aproximando-se em direção à redução de Trinidad. Mudou-se 4 vezes de local, é a única onde a igreja ficou inacabada e sem teto quando os jesuítas foram expulsos, não chegando nunca a ser concluída. Além da igreja pode-se verificar, ao lado, os restos de seu colégio. Para chegar às ruínas é necessário utilizar o ramal da Ruta 06, na altura do Km 29. As ruínas encontram-se mais adiante de uma pequena comunidade rural assentada em meio a uma rica vegetação. O povo missionário de Jesus é chamado "Peregrino", devido às migrações sofridas. É considerada Patrimônio da Humanidade. À margem do rio Monday, encontra-se uma enorme estrutura de pedra, de uns 60 metros de largura, restos de um templo com três naves que nunca chegou a fechar. As três portas de acesso ao templo são excepcionalmente impressionantes.

As missões jesuíticas do Brasil

A fundação da Colônia do Sacramento, por portugueses, em 1680, criou uma ameaça efetiva ao gado da Vacaria do Mar e aos territórios espanhóis da margem esquerda do rio Uruguai. Os jesuítas e os índios começaram a voltar às terras do atual Rio Grande do Sul e estabeleceram os chamados Sete Povos Orientais do Uruguai, ou "Sete Povos das

Missões" (como ficaram conhecidos no Brasil):

- 1- São Francisco de Borja - 1682
- 2- São Nicolau – 1687
- 3- São Luiz Gonzaga – 1687
- 4- São Miguel Arcanjo – 1687
- 5- São Lourenço Mártir – 1690
- 6- São João Batista – 1697
- 7- Santo Ângelo Custódio - 1706.

Segue algumas cidades onde ainda há alguns vestígios das reduções jesuíticas.

São Nicolau



FIGURA 6: São Nicolau

Fonte: site www.rotadasmissoes.com.br

Histórico:

São Nicolau foi fundado em 1626 pelo Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, sendo o primeiro dos Sete Povos das Missões fundado em terras do Rio Grande do Sul.

Foi escolhido o nome de São Nicolau em homenagem ao Padre Nicolau Duran Mastrilli.

Os primeiros habitantes da Região eram ameríndios do grupo tupi-guarani, dóceis por natureza, o que favoreceu o trabalho de catequese dos Padres da Companhia de Jesus.

Em 1626, a 03 de maio, foi fundada a Redução de São Nicolau.

A obra dos jesuítas ia em franco desenvolvimento com a fundação de outras Reduções quando, em começo de 1683, a Bandeira de Francisco Bueno, investe contra as Reduções, de São Carlos, Todos os Santos, Candelária e São Nicolau, nesta, houve, um sangrento combate em que os indígenas são totalmente derrotados e, na retirada, os portugueses levam consigo dois mil índios cativos. O que, faz parte do primeiro ciclo da Evangelização Jesuítica.

À 02 de fevereiro de 1687, fundava-se novamente São Nicolau, com cerca de três mil indígenas, provenientes da planície Argentina. Muitos indígenas que haviam sido derrotados na invasão de 1683, regressaram, trazendo seus apetrechos e trataram de recuperar as taperas, enquanto dedicavam-se à lavoura.

Depois de um ano de intenso trabalho de recuperação, abateu-se sobre o povoado, um intenso furacão, que o destruiu. Voltaram ao trabalho de recuperação, e decorrido mais um ano, um incêndio destruiu

novamente a maior parte do povoado. Passadas, porém estas adversidades, o povoado volta a prosperar. Instalaram-se olarias e carpintarias, demarcaram-se as ruas, refizeram-se as casas e o Templo. O Templo construído era majestoso. Não se sabe exatamente quem teria sido o fundador de São Nicolau nesta etapa, o certo, porém, é que o Padre Anselmo de La Mata quem concluiu a Igreja. São Nicolau torna-se o mais populoso povoado e o que tinha os maiores rebanhos de gado, ovinos e eqüinos.

Em 1732, a população atingia o número de 7751 habitantes. No final do século XVIII, durante a epidemia de varíola, este povo foi o mais atingido, havendo grande mortalidade.

Em 1750, o Tratado de Madrid, acordo de limites entre Espanha e Portugal, tenta transmigrar os Sete Povos das Missões da banda Oriental para a banda Ocidental do Rio Uruguai. Este tratado provoca a Guerra Guaranítica (1753/1756).

Em 1761, o rei Carlos III anula este Tratado, voltando aquelas terras ao domínio da Espanha (Jesuítas e Guaranis).

Em 1767, os Jesuítas são expulsos das terras da Espanha e Portugal, ficando a administração dos povoados na mão de Espanhóis leigos.

Em 1801, os Sete Povos das Missões, entre eles São Nicolau são conquistados pelos Portugueses, passando novamente a fazer parte do Brasil.

Em 1854, São Nicolau foi incorporado ao Município de Cruz Alta. Em 1857, passou a fazer parte de São Borja, em 1873 de Santo Ângelo e

em 1830 à São Luiz Gonzaga.

Em 31 de março de 1938, São Nicolau passou a categoria de Vila.

Passou a condição de município de acordo com a Lei Estadual 5.104, de 23 de novembro de 1966.

Atrações:

Rio Uruguai: Localizado em Santo Izidoro (18 km da divisa da Argentina).

Rio Piratini: Localizado no Rincão Sarmento (7 km da sede).

Riachos Guaracapá, Jatuacá, Itaquarixim e Canoinhas: Usados para banho e pesca.

Biblioteca Pública Municipal: Rua Dr. Carlos Barbosa, s/n – Fone: 3363-1110

Ruínas Jesuíticas: Restos da Igreja construída pelos índios e jesuítas a mais de 300 anos. Localizada na Praça Padre Roque, no centro da cidade. Aberta a visitação 24 h.

Adega Jesuítica: Construída toda em pedras, inclusive teto e piso. Localizada junto ao Sítio arqueológico. Aberto a visitação 24 h.

Chafariz Jesuítico: Localizado na Rua Dr. Carlos Barbosa, s/n – Distante 3 quadras do Sítio Arqueológico.

Ruínas do Prédio do Cabildo (parte lateral): Localizado junto ao Sítio arqueológico. Aberto 24 h à visitação.

Sobrado da Família Silva: Construído no início do século com pedras das ruínas. Localizado na Rua Ademar Silva, s/n. Aberto 24 h por dia.

Ruínas do Sistema de Esgoto: Onde era feito todo o sistema de escoamento dos detritos da Redução. Localizado no Sítio arqueológico. Aberto 24 h a visitação.

Museu Histórico Missioneiro:

Acervo: painéis e vitrines com fragmentos da civilização missioneira, provenientes das escavações realizadas nas Ruínas Históricas de São Nicolau.

São Miguel



FIGURA 7: São Miguel das Missões
 Fonte: site www.rotadasmissoes.com.br

Histórico:

São Miguel das Missões foi emancipado em 29 de Abril de 1988, situa-se na região Noroeste do Estado. Sua economia baseia-se na agricultura e pecuária, e tem no turismo uma grande fonte geradora de empregos e desenvolvimento, com a perspectiva de transformá-lo na

principal atividade econômica da comunidade, pois, em São Miguel das Missões, encontra-se as Ruínas de São Miguel Arcanjo, a qual foi tombada pela UNESCO em 06 de Dezembro de 1983, como sendo Patrimônio Histórico da Humanidade.

No setor comercial encontramos lojas, supermercados, restaurantes, pizzarias e hotel. Temos o Centro de Tradições Nativistas 'Sinos de São Miguel', que reserva os costumes gaúchos e também a culinária campeira.

Atrações:

Ruínas de São Miguel das Missões: No Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo

Museu das Missões: Av. Antunes Ribas – Rua São Luiz

Cruz Missioneira: No Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo

Antiga Sacristia: No Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo

Fonte Jesuítica: Rua João Bittencourt – localiza-se a 2 km do Sítio Arqueológico

Biblioteca Municipal: Rua 29 de Abril – Centro

Museu Homero Bittencourt / CTN Sinos de São Miguel: Av. Antunes Ribas – Fone 381-1380

Pórtico de São Miguel das Missões : Trevo de São Miguel das Missões

São Luiz Gonzaga



FIGURA 8: São Luiz Gonzaga
Fonte: www.rotadasmissoes.com.br

Histórico:

São Luiz Gonzaga foi fundado em 03 de junho de 1687, com esse mesmo nome pelo Padre Miguel Ferandez, constituindo-se na terceira redução jesuítica da histórica Região dos Sete Povos das Missões.

Nessa redução assim como nos demais povos jesuíticos, os índios primitivos habitantes da Região, eram catequizados e educados para serem pedreiros, pintores, entalhadores e escultores, como atestam as 12 imagens que sobraram e estão expostas em nossa Igreja Matriz.

Em 1756, como conseqüência do Tratado de Madrid, de 1750, os Jesuítas e os índios foram expulsos pelos exércitos de Portugal e Espanha. O exército português aquartelado em Santo Ângelo abandonou

as Missões quatro anos, passando o povo de São Luiz, como os demais da região, para o domínio castelhano. Somente em 1801 foi conquistado definitivamente para a Coroa de Portugal por Borges e Manoel Pedroso.

Após a expulsão dos jesuítas e índios, em 1780 o exército português abandonou as Missões e o povoado são-luiziense passou a ser habitado por castelhanos.

O povoado em franca decadência foi invadido em 1828 e 1829, pelo caudilho Uruguai Frutuoso Rivera, que o saqueou de tudo, gente, gado e coisas, deixando somente 400 índios inválidos no povoado quase em extinção.

Somente em 1801, os portugueses, com Borges do Canto reconquistaram a cidade.

Quando irrompeu a Revolução Farroupilha, em 1835, muitas famílias de recursos, para não participarem das hostilidades que ocorriam mais na zona sul e imediações de Porto Alegre, ocuparam o casario abandonado de São Luiz Gonzaga.

No ano de 1876, São Luiz Gonzaga passou a ser o 5. Distrito de Santo Ângelo e em 3 de junho de 1880, pela lei número 1238 foi elevada à categoria de vila.

No ano de 1902, pelo Decreto número 477, de 18 de março obteve a denominação de cidade.

Atrações:

Rio Piratini:

Localizado na estrada para Santo Antônio das Missões. Possui uma antiga ponte de ferro e uma sede campestre particular onde se pode

desfrutar de momentos de lazer junto à natureza.

Balneário Pesque e Pague Chico Bento:

Também na BR 285, a 3 km da sede do município. Próximo a Sociedade Recreativa SOREMU, no Horto Florestal.

Possui local para pescar, com açude e grande variedade de peixes. Possui também uma lancheria onde se pode degustar um gostoso peixe frito, pescada no próprio local e também lanches rápidos, pedalinhos, local de estacionamento, instalações sanitárias, quiosques com churrasqueiras, campo de futebol, balneário com areia limpa para um gostoso banho de sol seguido de um mergulho.

Gruta Nossa Senhora de Lourdes:

Erguida em 11 de dezembro de 1926 é testemunho de forte religiosidade do povo São-luizense. Foi uma promessa de um grupo de senhoras para que a cidade não fosse atacada pela coluna Prestes.

Praça da Matriz:

Recanto de rara beleza, árvores frondosas com sombra repousante, em dias de calor, jardins com passeios, iluminados à noite, monumento homenagem ao Senador Pinheiro Machado, parque infantil entre outros destaques para visitaçãõ.

Capela Santo Antônio:

Hoje sala Ana Petrona Krieger. Construída pelos padres Franciscanos, em 1952, por iniciativa do Frei Armando Seibert. A saída dos padres Franciscanos motivou a desativação da capela. Em 1990, o Centro de Criatividade tomou posse dela e a restaurou com a ajuda de ex-alunos. Novamente foi realizada, agora como sala Ana Petrona Krieger,

uma professora de arte e francês que lecionou no Colégio Santo Antônio de Paula. Hoje é usada para palestras e exposições.

Centro de Criatividade São-luizense:

Entidade que congrega artesãos, artistas plásticos e pessoas que manifestam interesse pelas diferentes áreas da arte. Fundado em 21 de setembro de 1983. Com sede no centro da cidade, ao lado do Museu Municipal, onde mantém a 'Arte Nossa', local para exposição e venda de artesanato e trabalhos de seus sócios, atende em horário comercial. Conserva também o Museu da Mostra da Arte Missioneira, constante de livros e material de todas as Mostras.

Museu Municipal Senador Pinheiro Machado:

Av. Senador Pinheiro Machado, esq. São João.

Funciona no prédio que foi residência do Sem. Pinheiro Machado, situado no centro da cidade. Guarda de documentos históricos, fotos e objetos relacionados com as Missões, além de pertences de Getúlio Vargas, Luiz Carlos Prestes, Borges de Medeiros, Visconde de Pelotas, Deodoro da Fonseca, Pinheiro Machado ao qual é dedicado uma sala.

Museu Arqueológico:

Av. Senador Pinheiro – Praça Cícero Cavaleiro, Espaço Cultural Rodrigo Magalhães.

Reúne peças e fragmentos arqueológicos encontrados nos mutirões realizados no sítio arqueológico São Lourenço.

Igreja Matriz:

Rua São João esq. Venâncio Aires.

Igreja em estilo gótico, possui 12 imagens de santos missioneiros

feitos pelos índios e jesuítas da redução de São Luiz Gonzaga, tendo na frente da Igreja duas colunas do antigo colégio jesuítico que foi demolido em 1932 para abrir uma rua. Numa das colunas existe uma estátua do Padre Roque Gonzales, fundador de São Nicolau e mártir do Caaró.

Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga:

Rua São José esq. Bento Soeiro de Souza, 1415.

Fundado em 1984, conta com uma biblioteca de 3000 títulos. Dentre as atividades culturais promovidas pelo instituto destacam-se os Estudos Missionários, que reúne historiadores renomados dos países que possuem reduções missioneiras: Brasil, Argentina e Paraguai.

Sítio Arqueológico de São Lourenço:

Distante 30 km de São Luiz Gonzaga, pela BR 285, onde se encontram restos arqueológicos da antiga redução e onde está sendo feito um trabalho de resgate histórico e escavações pelo IPHAN em conjunto com a Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga.

É um dos 4 sítios arqueológicos que foram declarados pela UNESCO, como um dos 4 roteiros turísticos mais importantes do mundo e que também integra o roteiro do Circuito Internacional das Missões.

Paredes de pedra assinalam a entrada da Igreja, onde árvores centenárias destruíram e estilo incrustadas ou próximas das paredes semi-destruídas. Ainda se pode ver as marcas das portas e vestígios da cozinha.

O cemitério ainda é usado pelos habitantes da localidade. Existe uma guarita com instalações sanitárias e uma pequena sala com amostra de achados arqueológicos feitos nas escavações que se realizam todos os anos, promovidos pelo IPHAN em parceria com Prefeituras, painéis com

histórico da redução e uma pequena cozinha. Existe promessa de asfaltamento de estrada que liga o sítio com a BR 285 e construção de um estacionamento e infra-estrutura para recepcionar turistas.

Santo Ângelo



FIGURA 9: Santo Ângelo
Fonte: site: www.rotadasmissoes.com.br

Histórico:

A Redução de Santo Ângelo Custódio, o último dos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai, foi fundado pelo padre Diogo Haze, belga de nascimento, em 1706.

Com uma estrutura semelhante as demais reduções, com exceção da Igreja que tinha sua frente voltada para o Sul, o povo de Santo Ângelo

prosperou muito economicamente, tornando-se na época o maior produtor de erva-mate e o mais rico dos Sete Povos.

A derrocada do Sétimo Povo das Missões Orientais do Uruguai, dá-se na verdade, pelas mesmas causas dos demais povos: o litígio formado com a arrecadação estabelecida no Tratado de Madrid, em 1750 e suas conseqüências políticas; a Guerra Guaranítica em 1756, a expulsão dos Jesuítas em 1767 e a invasão destruidora do caudilho uruguai Frutuoso Rivera em 1828.

A partir de 1831, os campos missioneiros começam a ser repovoados, tornando-se extensos latifúndios, através das concessões de sesmarias dadas aos portugueses.

Em 1859, começam a chegar mais portugueses, aproveitando-se dos restos das reduções.

Atrações:

Catedral Angelopolitana:

A Catedral de Santo Ângelo, erguida a partir de 1929, imita o antigo templo de São Miguel Arcanjo. Está localizada no mesmo lugar da Igreja da Redução de Santo Ângelo Custódio.

No alto do pórtico, sete imagens esculpidas em pedra grês representam os santos padroeiros dos Sete Povos. No seu interior encontra-se uma imagem de Cristo morto, datada de 1740 e pintura da Saga Missioneira, painel do artista plástico Tadeu Martins.

Prefeitura Municipal / Acervo Tupambaé:

De estilo eclético, com forte influência no neoclássico, o prédio da prefeitura foi inaugurado em 1929 e tombado como Patrimônio Histórico-

Cultural do município em 1993. Em seu interior encontram-se expostas as telas que compõe o acervo artístico Tupambaé, do artista plástico Tadeu Martins.

Museu Municipal Dr. José Olavo Machado / Moto Peursi:

No mesmo espaço da antiga Redução e junto ao centro histórico da cidade, situa-se o Museu, instalado em um prédio do século XIX. O acervo do Museu preserva evidências das várias etapas da história regional, desde material arqueológico do período anterior à chegada dos jesuítas até fases da história local mais recente, possui ainda uma maquete da redução de Santo Ângelo Custódio. O Museu desenvolve atividades e eventos que visam maior valorização e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município. Ao lado do Museu encontra-se o prédio da empresa Moto Peursi, onde no ano de 1997 foram descobertos uma série de materiais arqueológicos pertencentes a Redução de Santo Ângelo Custódio e que podem ser visitadas pelos turistas.

Museu Arqueológico / Praça Pinheiro Machado:

Está localizado na Praça Pinheiro Machado. É composto de materiais pertencentes à Redução de Santo Ângelo Custódio e reúne relíquias da época, tais como blocos de pedra cupim (itacuru), bases de pilares de pedra arenito.

Rua 3 de Maio ou Rua Missioneira:

Originária da entrada principal da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio, mantendo os mesmos padrões de localização. Por esse local circulava toda a economia da redução.

Calçadão da 25 de Julho:

O calçadão da Rua 25 de Julho é um exemplo de qualidade e bem

servir, integrando um belo espaço de lazer e cultura com variadas opções de compra.

Praça Ricardo Leônidas Ribas / AAPASA / Brique da Praça:

Ampla área verde, ótima iluminação, pista de skate, quadras para prática de esportes, parque infantil, sanitários, pista de patins e bicicleta, quadras de areia, um palco de atividades múltiplas, banca de jornais e revistas. Junto a praça está localizada a AAPASA – Associação dos Artistas Plásticos e Artesãos de Santo Ângelo, local de exposição e comercialização de artesanato produzido em nossa cidade. Nos domingos, neste local, acontece o Brique da Praça. Visitado por milhares de pessoas dos mais diferentes lugares, conta com exposição e comercialização artesanal, além de espetáculos artísticos e culturais.

Monumento ao Índio / Teatro Municipal:

O monumento é uma homenagem ao índio missioneiro pelo heroísmo e resistência durante a Guerra Guaranítica. A obra é do escultor santoangelense Olindo Donadel e foi executada na década de 60. O Teatro Municipal Antônio Sepp tem capacidade para 800 pessoas, local apropriado para shows, espetáculos teatrais, congressos, seminários e convenções.

Memorial Coluna Prestes:

O prédio da antiga Estação Férrea, construído em 1921 faz parte dos prédios tombados por sua importância histórica e social. O local abriga o 'Memorial Coluna Prestes', primeiro no país a homenagear a Grande Marcha, cujas primeiras reuniões aconteceram neste local, em 1924. Junto ao prédio da antiga Estação Ferroviária, está o Museu Ferroviário de Santo Ângelo e o Monumento 'A Coluna Invicta' do artista carioca Maurício Bentes.

Centro Municipal de Cultura Santo Ângelo Custódio:

Desenvolve sistematicamente diversos cursos, palestras, oficinas, momentos de lazer e expressão artística. Conta também com galeria de artes e espaços polivalentes para congressos, seminários e eventos em geral. Em seu interior encontram-se as pinturas murais da artista plástica Dirce Pippi em homenagem ao 'Tropeirismo' e as 'Tradições Gaúchas'.

Parque das Primaveras / Pesque-Pague:

Local de lazer onde o turista, além de ver a exuberante natureza, pode praticar o esporte de pesca.

Seminário da Sagrada Família:

O seminário localiza-se em lugar bucólico, com um bosque de singular peculiaridade paisagística, ambiente de rara beleza natural, convidativo para o recolhimento espiritual e descanso físico. O bosque do seminário fica distante 3 km do centro da cidade.

Museu Marechal Rondon:

Localizado no primeiro Batalhão de Comunicação Divisionárias, o Museu mostra a história do mais famoso indianista deste século e também Patrono Nacional das Comunicações, Marechal Cândido Rondon. Um riquíssimo acervo compõe esta mostra.

Cascata do Comandaí:

No Rio Comandaí, junto à sede distrital, pode-se desfrutar de horas de lazer e reencontro com a natureza. Sua queda d'água é de 12 metros, própria para banhos. No local é possível observar um antigo moinho colonial com roda d'água. Seu bosque, com árvores nativas frutíferas, é um ótimo local para camping.

URI / Centro de Cultura Missioneira (CCM):

O Centro de Cultura Missioneira possui grande acervo bibliográfico sobre Missões. Conta ainda com videoteca aberta a turistas.

URI / Estação de Piscicultura:

Área de 30.000 m² alagada, 23 tanques com produção média de 1 milhão / ano, das espécies carpa húngara, carpa capim, carpa prateada, carpa cabeça grande, jundiá, pacú. Possui um laboratório de desova, implantado através do Projeto de Modernidade Tecnológica da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Serve para produção de alevinos, cursos e pesquisas de novas espécies.

Capela Colégio Verzeri:

Possui no seu interior pinturas sacras do artista italiano Emílio Sessa, que com extrema sensibilidade soube harmonizar os símbolos com o ambiente religioso.

Magnólia Centenária:

Esta árvore localiza-se na esquina da Rua São Lourenço e Raul Pilla, no Bairro Oliveira, provavelmente tenha cerca de 200 anos. Trata-se de uma série de Magnólia Grandiflora, originária do hemisfério norte do planeta. Acredita-se que a mesma foi plantada por um dos pesquisadores que visitaram a região após a expulsão dos jesuítas.

Santuário de Schoenstatt:

(Tupancirendá): Localizada na Estrada à Buriti (km 1), o Santuário é um local de peregrinações que faz parte de um conjunto de Santuários hoje espalhados em todos os continentes, recebendo religiosos de vários locais do mundo. A pedra fundamental do Santuário Tupancirendá foi retirada da primitiva igreja de Santo Ângelo Custódio e foi colocada atrás do santuário. Ela vincula à história da primeira evangelização de nossa região missioneira.

Monumento 'A Coluna Prestes'

Única obra projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer no Rio Grande do Sul. Projeto de forma estilizada a marcha da Coluna Prestes, desde Santo Ângelo até o ponto mais extremo norte do país, no Piauí. É de concreto armado, com 15 metros de abertura.

Monumento Padre Diogo Haze:

Localizado na Avenida Ipiranga, é uma homenagem ao fundador da Redução de Santo Ângelo Custódio, Padre Diogo Haze.

Esquina da Arte Livre / Shopping das Fábricas:

A esquina da Arte Livre é um dos locais onde artistas santoangelenses expõem permanentemente suas obras. O Shopping das Fábricas é um conjunto de lojas onde são comercializados produtos industrializados, tais como vestuário, calçados e também artesanato. O local atrai lojistas e consumidores de toda região.

Busto de Getúlio Vargas:

Localizado na Avenida do mesmo nome, é uma homenagem ao missioneiro Getúlio Vargas, ex-presidente do Br

